

REVISTA DE JORNALISMO ESPM

EDIÇÃO BRASILEIRA DA
**COLUMBIA
JOURNALISM
REVIEW**

JUL/DEZ 2024 | Nº 34 / ANO 13

Imprensa livre, Democracia forte

O JORNALISMO É AMBIENTAL

*8º Seminário Internacional de Jornalismo ESPM/
Columbia University - Journalism School traz
profissionais de relevância do Brasil e do exterior
para discutir jornalismo e mudanças climáticas*

CULTURA KAYAPÓ-MÊBÊNGÔKRE

UM CENTRO de Mídias para preservar a cultura
Kayapó-Mêbêngôkre

COBERTURA DE EVENTOS CLIMÁTICOS

TÉCNICAS CRIATIVAS de reportagem para cobertura
de eventos climáticos

ENTREVISTAS DE KEVIN LIND ABORDAM

COBERTURA DO CLIMA, conhecimento indígena
e adaptação a condições climáticas extremas



LIFELONG LEARNING ESPM

THE MARKETING POWERHOUSE

UM CURSO PARA CADA MOMENTO

DA SUA CARREIRA

- Dynamic • Pós-Graduação • Master
- MBA • Mestrado • Mestrado Profissional
- Doutorado • Doutorado Profissional
- Leadership Academy

SAIBA MAIS:



ESPM

SUA CARREIRA
EM CONSTANTE
MOVIMENTO

REVISTA DE JORNALISMO ESPM

EDIÇÃO BRASILEIRA DA
COLUMBIA JOURNALISM REVIEW

Imprensa livre, Democracia forte

5 EDITORIAL

J. Roberto Whitaker Penteado

O planeta precisa de cuidados urgentes, e os jornalistas estão entre os que lutam para mantê-lo vivo

6 COBERTURA DE EVENTOS CLIMÁTICOS

Janelle Retka, Samantha McCabe e Jiahui Huang abordam técnicas criativas de reportagem para cobertura de eventos climáticos

10 ENTREVISTA PARA KEVIN LIND

Sammy Roth, do Los Angeles Times, comenta sobre a cobertura do clima

14 ENTREVISTA PARA KEVIN LIND

Joseph Lee fala do “conhecimento indígena” e da adaptação a condições climáticas extremas

18 DESERTOS JORNALÍSTICOS

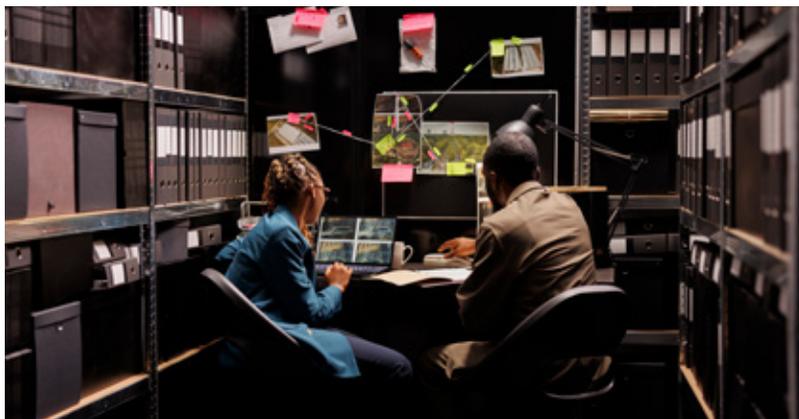
Joel Simon aborda o trabalho da Associated Press em busca de um novo caminho para combater os desertos jornalísticos

20 JORNALISMO DE ESPORTES INVESTIGATIVO

Josh Fine discute um modelo sustentável para o jornalismo investigativo de esportes

22 JULIAN ASSANGE

Mathew Ingram discute questões relacionadas à liberdade de Julian Assange e ao jornalismo



FREEMIK

26 O JORNALISMO É AMBIENTAL

8º Seminário Internacional de Jornalismo ESPM/Columbia University – Journalism School reúne profissionais do Brasil e do exterior para discutir jornalismo e mudanças climáticas

32 PRESERVAÇÃO DA CULTURA KAYAPÓ-MÊBÊNGÔKRE

Verónica Goyzueta conta sobre a existência de um Centro de Mídias para preservar a cultura Kayapó-Mêbêngôkre

36 JORNALISMO LOCAL

Sérgio Lüdtke discute os desafios no caminho do jornalismo local

40 ABRAJI EM NÚMEROS

9ª edição do Congresso Internacional da Abraji é realizada na ESPM-SP

42 ENSINO DO JORNALISMO INVESTIGATIVO

Samuel Pantoja Lima apresenta reflexões sobre o ensino do jornalismo investigativo

46 NO MEIO DO CAMINHO TINHA UM PEDREGULHO

Moises Rabinovici homenageia o jornalista SINVAL de Itacarambi Leão (1943-2024)

48 NOVO IMORTAL DA ACADEMIA PAULISTA DE LETRAS

Maria Elisabete Antonioli escreve sobre a posse de Eugênio Bucci na Academia Paulista de Letras

50 O BOMBARDEIO DA “TV DE MILOSEVIC” PELA OTAN HÁ 25 ANOS

Snjezana Milivojevic afirma que é uma ferida aberta até hoje no jogo de fricção dos Bálcãs

52 PARA LER E PARA VER

Leão Serva

PÓS-GRADUAÇÃO ESPM

LÍDERES DE
MERCADO E
NETWORKING
DE VERDADE

ESCOLHA PÓS ESPM

REVISTA DE JORNALISMO ESPM *Imprensa livre, Democracia forte*

A *Revista de Jornalismo ESPM* – edição brasileira da *Columbia Journalism Review* – foi criada em 2012, com o objetivo específico de promover, no país, os aspectos educacionais e éticos, a pesquisa e o progresso material da profissão. A ESPM garante aos editores liberdade ilimitada de opinião, direito inalienável do jornalismo em todas as formas de expressão. Cumpre registrar, no entanto, que os artigos assinados, assim como o editorial, não representam a opinião da ESPM.

ESPM

PRESIDENTE Dalton Pastore

VICE-PRESIDENTES Tatsuo Iwata (acadêmico)
e Elisabeth Dau Corrêa (financeiro)

CONSELHO EDITORIAL José Roberto Whitaker Penteado,
Maria Elisabete Antonioli e Ricardo Gandour

REDAÇÃO DA REVISTA DE JORNALISMO ESPM

EDITOR José Roberto Whitaker Penteado

EDITORA-ASSISTENTE Maria Elisabete Antonioli
DIAGRAMADOR Marcio Penna
TRADUÇÃO Ada Félix
REVISÃO Mauro de Barros

A *Revista de Jornalismo ESPM* é uma publicação semestral da ESPM,
com conteúdo exclusivo da *Columbia Journalism Review*

ENDEREÇO Rua Doutor Álvaro Alvim, 123
Vila Mariana - São Paulo - SP - CEP 04018-010
EDITORIAL 11 5085-4643
INFORMAÇÕES 11 5085-4508
E-MAIL revista@espm.br
SITE www.espm.br

COLUMBIA JOURNALISM REVIEW

REITOR DA COLUMBIA JOURNALISM SCHOOL Jelani Cobb

PRESIDENTE Rebecca Blumenstein

EDITOR EXECUTIVO Sewell Chan
EDITORAS INTERINAS Betsy Morais e Ravi Somaiya
EDITOR COLABORADOR Josh Hersh
REDATOR-CHEFE DIGITAL Mathew Ingram

A *Columbia Journalism Review* é uma publicação trimestral
da Columbia University Graduate School of Journalism.

A *Revista de Jornalismo ESPM* (ISSN 2238-2305) é uma publicação semestral
Ano 13, Número 34, julho-dezembro de 2024

PÓS ESPM

“Disseram e garantiram que o mundo ia se acabar”

(Carmen Miranda, 1938)

Desde tempos imemoriais, as previsões sobre o fim do mundo fazem parte da cultura da humanidade. De antigas profecias religiosas e mitológicas às modernas teorias científicas e conspirações, o fascínio pelo “apocalipse” parece estar enraizado na psique coletiva. As profecias religiosas, por exemplo, já anunciaram o fim do mundo em várias épocas. Seitas, músicas, discussões e textos diversos inspiram pessoas a refletir e discutir sobre esse tema e despertam curiosidade intensa, porque as levam a imaginar se sobreviveriam diante de um grande desastre mundial.

Filmes, séries e livros sobre catástrofes globais exploram o limite da condição humana, enfrentando sobrevivência, desespero e esperança. Eles geram adrenalina e têm a capacidade de entreter enquanto colocam os personagens – e o público – em uma situação de alto risco, com consequências extremas. Até mesmo uma cidade da Argentina, Ushuaia, é conhecida como a cidade do Fim do Mundo, porque é a cidade mais ao sul do planeta.

Ao longo da história, cada geração encontrou razões para temer o fim iminente, como, por exemplo, no século XX, a Guerra Fria e a ameaça nuclear alimentaram o medo de uma aniquilação global. Nos dias de hoje, mudanças climáticas, pandemias e tensões geopolíticas servem como combustível para teorias do fim.

Se não é o fim do mundo, uma coisa é certa: o planeta está doente. Esta afirmação pode ser constatada cada vez mais, devido aos eventos climáticos extremos que têm se tornado mais frequentes e intensos em várias partes do mundo devido às mudanças climáticas causadas principalmente pela atividade humana. As pre-

visões climáticas são preocupantes e indicam que as mudanças podem levar a uma crise global de recursos, impactando o acesso à água, alimentos e energia, além de deslocamentos forçados e maiores desigualdades sociais.

Esta é a pauta principal do jornalismo atualmente e continuará a ser nos próximos anos, como afirmaram os ilustres jornalistas que participaram do 8º Seminário Internacional de Jornalismo ESPM/Columbia University – Journalism School, realizado recentemente na ESPM-SP, e cujas afirmações estão presentes nesta edição, que destaca essa temática.

Se o planeta adoeceu, é certo também que o jornalismo hoje, mais do que nunca, tem como missão fundamental alertar, educar e inspirar a sociedade com informações sobre o que está acontecendo, como também ser um agente de mudança indispensável na construção de um futuro mais sustentável, incentivando práticas que protejam o meio ambiente e defendam as gerações futuras. Esse é o jornalismo no qual acreditamos.

Em 1938, Carmem Miranda cantou “Anunciaram e garantiram que o mundo ia se acabar. Acreditei nessa conversa mole. Pensei que o mundo ia se acabar”.

O planeta realmente não chegou ao fim, mas precisa de cuidados urgentes, e os jornalistas estão entre os defensores que lutam para mantê-lo vivo e buscam ajudar a curá-lo dos males que o afligem hoje.

Boa leitura a todos!

J. ROBERTO WHITAKER PENTEADO

Editor



Trabalho **tóxico**

Com alteração climática, jornalismo precisa aprender a cobrir novos setores – e novos escândalos

por JANELLE RETKA, SAMANTHA MCCABE
E JIAHUI HUANG

MICHELLE PEGOU UMA INFECÇÃO RESPIRATÓRIA TÃO SÉRIA que precisou largar o emprego. Marcos teve os braços, o tronco e as pernas tomados por uma urticária que simplesmente não desaparecia. Santos, que já fora um craque no futebol, adquiriu uma asma crônica que o impede de brincar com o filho por mais de cinco minutos. O que esses três trabalhadores têm em comum é ter emigrado de países da América Latina e do Caribe para os Estados Unidos e trabalhado — em alguns casos, por quase duas décadas — na reconstrução de cidades americanas devastadas por cheias, furacões e incêndios florestais.

Nossa equipe do projeto de jornalismo investigativo Columbia Journalism Investigations, ou CJI, fez um levantamento dos riscos de longo prazo à saúde enfrentados por esses trabalhadores pela exposição a contaminantes liberados durante desastres agravados por mudanças climáticas. Na reportagem (“Toxic Labor”, ou “Trabalho Tóxico”), feita em parceria com o Center for Public Integrity e a iniciativa Futuro Investigates, descobrimos que, ao explorar brechas na legislação, empresas de reconstrução deixam trabalhadores vulneráveis a substâncias tóxicas como mofo, amianto e chumbo, não raro sem capacitação ou equipamento de proteção. Com isso, muitos estão adoecendo.

O setor de reconstrução pós-desastres, que movimenta cerca de US\$ 150 bilhões, depende fortemente da mão de obra imigrante. E esse é apenas um dos setores que crescem exponencialmente em meio a cheias, furacões e incêndios florestais, cada vez mais frequentes e intensos. A explosão dessa atividade e seus trabalhadores deixam claro que a crise climática traz novos desafios — e novas pautas — para profissionais do jornalismo. E técnicas de reportagem inovadoras também.

Ao longo de um ano de investigação, descobrimos que métodos de apuração que envolvem o público e a colaboração entre repórteres e pesquisadores permitiram entender a realidade desses trabalhadores mesmo na ausência de dados oficiais.

Logo no início da apuração, vimos que autoridades públicas tinham soado o alarme sobre a exposição de trabalhadores envolvidos na atividade de reconstrução após desastres desde o furacão Katrina. No entanto, não há dados (nem no plano estadual nem no federal) sobre a exposição a contaminantes, nem sobre a saúde desses trabalhadores. Decidimos criar uma base de dados própria — unindo-nos a uma tendência que vem crescendo no jornalismo climático. Em conversas com toxicologistas, profissionais de saúde e segurança ocupacional e grupos de defesa de trabalhadores, montamos um questionário para aplicar a indivíduos que trabalham na reconstrução pós-desastres para saber mais sobre sua experiência de trabalho e saúde. Com a ajuda dos especialistas, criamos perguntas que captassem a sutileza e a complexidade do assunto.

Com esse questionário (traduzido para o espanhol e o português), poderíamos coletar dados inéditos

que viriam reforçar os relatos feitos a nós por trabalhadores, transmitindo mais confiança ao público leitor. Além disso, poderíamos mostrar como essas experiências eram parte de um padrão.

Mas isso foi só o começo. Sabíamos que, para conquistar a confiança e a adesão dos trabalhadores, seria preciso tempo e esforço, especialmente por meio de interações pessoais — além, claro, da promessa de anonimato. Em parceria com a equipe dedicada a entender e engajar o público da organização Public Integrity e com a repórter María Inés Zamudio, fizemos cartazes multilíngues com links para o questionário e espalhamos esse material por igrejas, grupos de trabalhadores, lavanderias — até mesmo em paredes de banheiros. Também fomos a localidades sendo reconstruídas após furacões para aplicar o questionário em pessoa, visitando locais que atraem gente em busca de emprego (*laborer corners*) em Nova Orleans, por exemplo, e indo a encontros de trabalhadores na esteira da passagem do furacão Ian por Fort Myers. Zamudio passou meses cultivando relacionamentos com trabalhadores por telefone.

Em sete meses, tínhamos cem questionários respondidos. Especialistas que analisaram os resultados anonimizados ficaram impressionados. Embora julgassem que os dados eram desoladores, também diziam que a reportagem poderia abrir caminho para a liberação de verbas cruciais para estudos nas áreas de saúde e segurança ocupacional e ambiental.

“Acredito que a situação vá piorar (...) a menos que se tomem medi-

SHUTTERSTOCK



Ao explorar brechas na legislação, empresas de reconstrução deixam trabalhadores vulneráveis a substâncias tóxicas como mofo, amianto e chumbo

das para reduzir a exposição [desses trabalhadores]”, disse Linda Birnbaum, uma ex-diretora do National Institute of Environmental Health Sciences, nos Estados Unidos.

No trabalho de apuração, descobrimos soluções para abordar o problema dessa força de trabalho basicamente oculta. Embora a análise dos dados tenha ajudado a expor uma correlação entre condi-

ções de trabalho em locais atingidos por desastres e problemas de saúde de trabalhadores, provar causalidade requer estudos científicos de longo prazo. Vários toxicologistas se mostraram interessados em monitorar a exposição prolongada de trabalhadores a contaminantes — e seus problemas de saúde. Não seria fácil, pois, segundo eles, esse trabalhador é transitório e costuma

se deslocar de um local de desastre para outro. Mas eles acreditam que os estudos bancados com verbas públicas seriam um precursor natural para normas de segurança melhores.

Já há iniciativas legislativas destinadas a ajudar esse trabalhador. Em setembro de 2023, a deputada americana Pramila Jayapal, democrata do estado de Washington, apresentou pela segunda vez um projeto de lei federal, o chamado Climate Resilience Workforce Act. Se aprovado, concederia a esses trabalhadores um status migratório temporário — além de acesso a capacitação e assistência médica. Mas, como explicou Jayapal em “Toxic Labor”, ainda que fosse aprovado pelo Congresso americano, o projeto não resolveria a questão da responsabilidade de empresas, nem taparia lacunas nas normas de proteção ao trabalhador da Agência Americana de Saúde e Segurança Ocupacional, a Occupational Safety and Health Administration (OSHA).

A OSHA vem elaborando normas para o trabalho na recuperação pós-desastres — normas que tapariam brechas na regulamentação envolvendo uma série de riscos (incluindo capacitação e equipamentos de segurança para proteger o trabalhador dos mesmos) — há 17 anos. Só que a normativa omite essa população de trabalhadores,

Para começar, um repórter não precisa ir muito longe: estar atento ao que acontece em pontos de aglomeração de imigrantes após um furacão, uma enchente ou uma queimada já pode dar pistas

focando, em vez disso, nos primeiros socorristas. Em outras ocasiões, o Congresso já exigiu que a OSHA instituisse novas normas com celeridade, criando programas de capacitação e exigindo que empregadores forneçam equipamentos de proteção específicos para a situação — algo que poderia fazer por essa mão de obra também.

Enquanto essa discussão se arrasta, certas organizações de defesa do trabalhador vêm agindo para preencher a lacuna, mostrando ao trabalhador como se proteger — algo que caberia ao empregador. Mas, com poucos recursos, o impacto desses grupos é limitado.

Especialistas por nós consultados acreditam que um foco constante da mídia sobre esse setor poderia ser o catalisador para transformar essas soluções em realidade. Embora nossa investigação tenha abrangido todo o país, há inúmeras situações no plano local que ainda precisam ser investigadas e relatadas. Na costa oeste dos Estados Unidos, incêndios florestais cada vez mais graves e frequentes trazem consigo um universo próprio de riscos. E, à medida que cheias se tornam mais comuns em distintas partes do país, comunidades que nunca viveram um desastre natural começarão a enfrentar o problema — e a se valer do trabalho dessa mão de obra vulnerável.

Como parte de nossa colaboração com a Public Integrity, criamos uma metodologia detalhada para que meios locais, cuja área de cobertura inclua localidades com grande concentração de imigrantes, possam começar a investigar o



SHUTTERSTOCK

Incêndios florestais cada vez mais graves e frequentes trazem consigo um universo próprio de riscos

setor de reconstrução pós-desastres em suas próprias comunidades. Para começar, um repórter não precisa ir muito longe: estar atento ao que acontece em pontos de aglomeração de imigrantes ou em estabelecimentos do comércio após um furacão, uma enchente ou uma queimada já pode dar pistas. Quem trabalha na reconstrução de zonas atingidas por desastres vai para esses locais em busca de empregos de baixa remuneração.

Colocar a experiência de trabalhadores e seus defensores em primeiro plano, o que pode ser feito com o cultivo de relações sólidas e autênticas com fontes, vai trazer

mais profundidade à cobertura da reconstrução pós-desastres. Essa é mais uma das muitas arenas que surgem em um mundo em constante transformação. Técnicas criativas de reportagem podem — e devem — ser usadas para cobri-las de maneira eficaz. ■

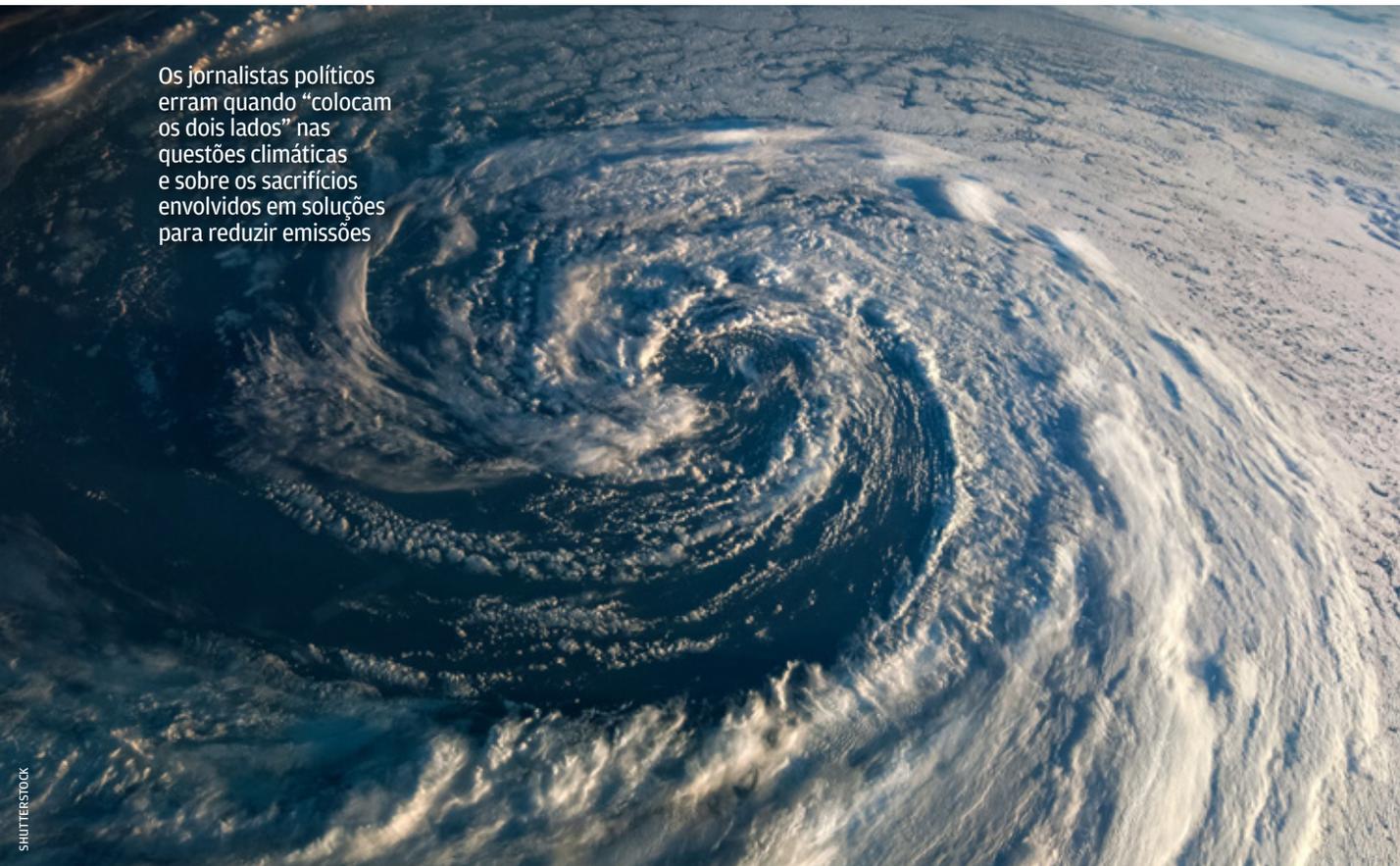
JANELLE RETKA, SAMANTHA MCCABE e JIAHUI HUANG conduziram a investigação “Toxic Labor” como bolsistas de pós-graduação na Columbia Journalism Investigations, a unidade de jornalismo investigativo da Columbia Journalism School. Para este projeto, o CJI colaborou com o Center for Public Integrity e o Futuro Investigates.

Sammy Roth, do *Los Angeles Times*, fala sobre a cobertura do clima

por KEVIN LIND

EM MEADOS DE 2014, SAMMY ROTH conseguiu o primeiro emprego formal como repórter, para cobrir o setor de energia no *Desert Sun*, um jornal de Palm Springs, na Califórnia. Ele tinha acabado de terminar o curso de desenvolvimento sustentável na Columbia University, onde foi editor do jornal estudantil *Spectator*. Não demorou para estar cobrindo o debate então travado sobre energias renováveis; na época, estavam sendo instaladas algumas das primeiras usinas solares em terrenos públicos no deserto do Mojave. Tendo crescido no que chamou de “era da mudança climática” do governo de Barack Obama, Roth estava agora nas trincheiras, envolvido em discussões complexas sobre como melhor viver em um planeta em aquecimento. “Estava contando histórias que ninguém mais estava contando, pois isso ainda não estava acontecendo em nenhum outro lugar”, relata Roth.

Os jornalistas políticos erram quando “colocam os dois lados” nas questões climáticas e sobre os sacrifícios envolvidos em soluções para reduzir emissões



Passados dez anos, Roth escreve sobre clima para o *Los Angeles Times*. É de lá que despacha, duas vezes por semana, a *Boiling Point*, uma *newsletter* que destaca reportagens recentes sobre a questão e novidades sobre impactos da mudança climática no estado, na região e no mundo. Roth também cobra responsabilidade de autoridades públicas e de empresas de energia por suas decisões. Já escreveu sobre infraestrutura energética, sobre a relação da indústria do entretenimento com eventos climáticos e sobre a região chamada Imperial Irrigation District (para quem não sabe, o distrito detém direitos sobre a água do rio Colorado equivalentes aos dos estados do Arizona e de Nevada juntos). Em abril deste ano, Roth publicou a quinta parte da *Repowering the West*, uma série multimídia na qual examina conflitos entre projetos de energia renovável e seus opositores no oeste dos Estados Unidos (o projeto levou um prêmio Gerald Loeb no ano passado).

Roth vem acompanhando de perto os eventos climáticos extremos deste ano. Em maio de 2024, a Administração Oceânica e Atmosférica dos Estados Unidos (NOAA, na sigla em inglês) soltou um relatório avisando que a temporada de furacões deste ano seria “acima do normal”, o que o *The New York Times* interpretou como um “alerta preocupante”. A fumaça de incêndios florestais na Colúmbia Britânica, a província mais ocidental do Canadá, já chegou ao sul dos Estados Unidos. E um sistema de alta pressão sobre parte da Flórida, México e região do golfo reteve um ar excepcionalmente quente perto da superfície da Terra, deixando a região sob uma “cúpula de calor”. No México,

o calor recorde matou pelo menos 61 pessoas e fez macacos bugios caírem mortos de árvores.

Dias depois, aquela mesma cúpula de calor se deslocou para o norte e o oeste, estacionando no sudoeste dos Estados Unidos e levando a temperaturas recordes no Arizona, no Texas e no sul da Califórnia. Em um comício de Donald Trump em Las Vegas, onde a temperatura chegou a quase 39°C, o Serviço Secreto relatou uma ocorrência médica devido ao calor (uma semana antes, 11 pessoas em um comício de Trump no Arizona tinham sido hospitalizadas por insolação. “Todo mundo estava preocupado com vocês ontem”, disse Trump à multidão em Vegas. “E ninguém lembrou de mim. Estou aqui, suando como um porco.”

Em Los Angeles, Roth vivenciava o tempo nublado e fresco do chamado “June Gloom”, mas estava acompanhando o clima extremo que grande parte do país e do planeta enfrentava – ou que provavelmente enfrentaria em breve. Conversei com Roth sobre a necessidade de a imprensa abordar as causas de crescentes eventos climáticos extremos, o que os jornalistas políticos erram quando “colocam os dois lados” nas questões climáticas e sobre os sacrifícios envolvidos em soluções para reduzir emissões. Nossa conversa foi editada para concisão e clareza.

Kevin Lind | Já tivemos muitos eventos climáticos extremos em 2024. Como está a previsão para o resto da temporada?

SAMMY ROTH: Assim como eu, você deve ter visto os números. É impressionante: nos últimos 12 meses, todo mês teve a temperatura mais alta já registrada para aquele respectivo

mês. Tivemos 11 meses seguidos em que o aumento da temperatura ultrapassou a marca de 1,5°C em relação a níveis pré-industriais. Não significa que as metas do Acordo de Paris estejam permanentemente comprometidas. É provável que haja um recuo depois que acabar o El Niño [*fenômeno climático caracterizado por temperaturas mais elevadas na superfície do oceano*]. Mas é bem assustador.

Teve um momento específico no qual você percebeu a dimensão total do que estava acontecendo com as mudanças climáticas?

Foi um lento despertar. É algo que precisamos colocar na cabeça, que nossa política e nossa democracia precisam entender: é assim que se dá a mudança climática. Há acontecimentos grandes, assustadores, mas não é uma única coisa; não é como no filme *Não Olhe para Cima*, em que um cometa vai atingir a Terra. Não é questão de ganhar ou perder. Não é que o mundo vai acabar ou não vai acabar. Não é que a calota polar derrete e estamos mortos, ou que a calota polar não derrete e seguimos vivos. É gradual. É incremental. É que 1,7 grau é muito melhor do que 2, que é muito melhor do que 2,3, que é muito melhor do que 3 graus de aquecimento. É uma série de coisas que se acumulam e que lutamos para desacelerar e conter.

Esses episódios de clima extremo estão sendo relatados, em termos de causa e efeito e como sintomáticos da mudança climática?

Está melhor do que antigamente. Antes, era comum eu ver notícias sobre clima extremo que sequer faziam alusão a mudanças climáticas. No *Los Angeles Times*, quando sai uma

notícia sobre alguma catástrofe climática, passamos há pouco a incluir boxes com links para textos anteriores sobre o tema; se estiver lendo uma matéria sobre uma onda de calor ou tempestade, vai haver links explicando a relação com o clima e com emissões e combustíveis fósseis.

Uma área que pode melhorar – e que ainda me frustra às vezes – é a de quem cobre política. É cada vez mais raro ver repórteres de política questionando declarações dadas por negacionistas do clima. Mas, definitivamente, ainda vejo situações em que Joe Biden, por exemplo, anuncia uma norma para limitar emissões de carbono em usinas elétricas e uma série de correspondentes em Washington dizem: “Bem, ativistas do clima dizem que isso é ótimo; já o Instituto Americano do Petróleo diz que é ruim”. E, isso feito, há pouca ou nenhuma discussão sobre o que a ciência do clima realmente estabelece e o que cientistas dizem que devemos fazer para controlar as emissões. Isso é irresponsável.

Você recomendou na newsletter uma reportagem de um colega sobre a derrubada de um bosque de árvores Joshua para a construção de uma usina solar. Você abordou o inevitável conflito entre erguer mais infraestrutura verde e causar estrago ao meio ambiente. Em um caso assim, parece impossível agradar a todos. Como é travar essa discussão?

É uma questão delicada, porque esses ecossistemas e paisagens que estão sendo destruídos têm grande valor para muitas pessoas – e com toda

razão. É inegável que, sempre que possível, preservar a natureza intacta e sua biodiversidade é essencial, não só para árvores como as Joshua e para tartarugas, mas também para o ser humano. Somos parte de sistemas que, quando em equilíbrio, fornecem ar puro, água limpa e solo saudável. Se as empresas petrolíferas não tivessem passado décadas disseminando desinformação, talvez tivéssemos outras opções – em vez de estar nessa situação difícil na qual nossas principais soluções agora são energia solar, eólica e baterias, que precisamos implementar rapidamente para evitar problemas sérios.

Na cobertura do clima, tem assuntos que despertam mais seu interesse?

Faço um esforço consciente para escrever sobre assuntos que não estão na pauta de todo mundo. Essa observação pode valer para todo o jornalismo e provavelmente sempre foi assim. Mas, com o jornalismo encolhendo cada vez mais, é tentador olhar para uma reportagem interessante que um repórter local fez e pensar: “Bacana, tenho um público maior, posso produzir algo melhor, chegar a mais gente”. Mas o fato é que tem muita história ainda por contar.

Há pouco você escreveu sobre como a mudança climática passou a figurar no roteiro de produções do mundo do entretenimento – em filmes, até em videogames. Na sua opinião, qual a melhor maneira de abordar a mudança climática?

Promover mudanças com o jorna-

lismo é claramente mais difícil do que já foi – tanto pela natureza ultrapolarizada da sociedade nos dias de hoje como porque é muito mais difícil convencer as pessoas com fatos. É claro que nosso trabalho ainda tem valor. A imprensa continua sendo fundamental para uma democracia viável e funcional. Muita gente, porém, acredita só no que quer acreditar. O que acho interessante sobre a mídia de entretenimento é que é possível transmitir ideias de uma forma que o público não rejeita automaticamente: inserindo mensagens na narrativa fictícia de filmes, programas de TV ou até de atrações de parques temáticos. Não acho que seria muito produtivo fazer 50 filmes ou séries de TV sobre a mudança climática nos moldes de *Não Olhe para Cima*. Não sei dizer quanta [gente desmotivada] saiu do filme se declarando um ativista do clima. Um executivo do setor me disse que a melhor saída é “colocar o espinafre disfarçado na pipoca”: mostrar um super-herói dirigindo um carro elétrico ou pegando ônibus, ou um pai tranquilizando o filho depois de um furacão. Ou seja, plantar ideias baseadas em fatos e na realidade na cabeça das pessoas, mas sem provocar a rejeição que teriam se fossem ler um texto meu sobre a necessidade de pensarmos em cheias extremas. Isso é eficaz.

Na cobertura de eventos climáticos extremos, o que você faz para não jogar a culpa em quem acha que não há motivo para alarme?

Quando vou escrever, não penso em negacionistas. Se pegarmos as pesquisas, vamos ver que representam



É cada vez mais raro ver repórteres de política questionando declarações dadas por negacionistas do clima

SHUTTERSTOCK

Se as empresas petrolíferas não tivessem passado décadas disseminando desinformação, talvez tivéssemos outras opções

uma parcela bastante pequena da população americana, algo em torno de 10%, dependendo da pesquisa. A essa altura, se você não acredita que o que está acontecendo é causado pelo homem, é óbvio que você não quer ser convencido. Quando vou escrever, tento pensar na maior parte do público. De um lado, temos os negacionistas, que não vão ser convencidos; do outro, os ativistas realmente engajados, que sabem o que está acontecendo e já estão lutando para mudar a situação. No meio disso, está a vasta maioria da população, que sabe o que está acontecendo, mas não vê isso como prioridade. Quando perguntamos quais os assuntos mais importantes na eleição que ocorreu, a mudança climática apareceu em 12º a 14º lugar; quando perguntamos a jovens eleitores quem é melhor em relação à

mudança climática, Biden ou Trump, houve um empate, segundo uma pesquisa da CBS. Não estou dizendo que Biden não cometeu erros, mas não há comparação entre Trump e Biden na questão da mudança climática. É esse público que estou tentando atingir. Estou tentando contar histórias que tragam o tema para um primeiro plano para essas pessoas.

Que conselho você daria a jornalistas que não cobrem normalmente a questão climática, mas que podem estar cobrindo tempestades ou ondas de calor?

Eu diria duas coisas. Primeiro, entre esses grandes eventos climáticos, vale a pena tirar meia hora para falar com cientistas do clima. Há muitos por aí. Ache alguém que esteja disposto a dar uma breve introdução sobre o

estado geral da ciência do clima e a conexão com eventos extremos. Dá para aprender rapidinho, não é nada muito complicado. Com isso, entramos na segunda parte do meu conselho, que é aceitar o fato de que sabemos, com alto grau de certeza, que a mudança climática – causada por emissões humanas, em grande parte pela queima de combustíveis fósseis – está por trás de eventos climáticos cada vez piores. Seu texto pode dizer isso. Pode ter uma ou duas frases que fazem essa conexão: “Um vasto volume de evidências científicas estabelece a conexão entre mudanças climáticas causadas pelo homem – em grande parte devido à queima de combustíveis fósseis – e a ocorrência de eventos climáticos extremos. E ponto final. Não é preciso ser um especialista em ciência climática para dizer isso às pessoas.



Joseph Lee fala do “conhecimento indígena” e da adaptação a condições climáticas extremas

por KEVIN LIND

ESCRITOR E JORNALISTA INDEPENDENTE, JOSEPH LEE É MEMBRO da tribo Aquinnah Wampanoag, de uma ilha no estado americano de Massachusetts, Martha's Vineyard. Em janeiro, durante o trabalho de apuração para um livro sobre identidade e soberania indígena, ele foi ao Alasca. Embora fizesse quase 7 graus Celsius negativos, Lee percebeu que o frio não era intenso como seria de esperar em pleno inverno no Ártico. As temperaturas, muito mais altas do que médias históricas, o levaram a refletir sobre as consequências do aquecimento do planeta e como povos indígenas da região terão de se adaptar para sobreviver às transformações à sua volta.

Essa curiosidade o levou a Bethel, a maior cidade dos condados no oeste do estado do Alasca, onde só se chega de avião ou pelo rio Kuskokwim. Além de via de transporte — por veículos para neve quando o rio está congelado e barcos após o degelo no verão —, o Kuskokwim é essencial para a sobrevivência econômica e o cotidiano da população local. Com as temperaturas subindo, o gelo derrete mais cedo e o clima fica imprevisível por períodos mais longos. Embora a pesca do salmão seja a atividade mais afetada, há outros motivos de preocupação. Não faz muito tempo, a cidade tomou uma

providência inusitada, porém prática, para proteger a população: construiu uma piscina e passou a oferecer aulas de natação.

Pequenas adaptações como essa estão no cerne da série *Changing with Our Climate*, um especial em cinco partes para a Vox que traz “soluções indígenas para condições climáticas extremas com raízes na história — e no futuro”. Na introdução, a editora de Lee na Vox, Paige Vega, escreveu que, “embora não haja solução fácil para o planeta (...), algumas das soluções mais eficazes são também as mais simples”. Além das aulas de natação em Bethel, Lee está cobrindo

as queimadas prescritivas em regiões propensas a incêndios florestais, a construção de moradias resilientes dentro de trajetórias de tempestades e o mapeamento 3D para localizar fontes de água limpa em comunidades indígenas da Califórnia à Guatemala. “Nem todo mundo está lidando com derretimento de gelo ou temperaturas de 55°C”, disse Lee durante uma conversa. “Mas espero que essa abordagem à adaptação climática seja interessante ou útil — ou, no mínimo, motivo de reflexão”.

Em julho, quando falei com Lee, os Estados Unidos tinham soltado um alerta de calor extremo para mais de 140 milhões de americanos, 69 incêndios florestais consumiam uma área de mais de 2 mil quilômetros quadrados no país e um furacão atingia o sul do Texas em pleno julho, deixando clara a urgência de soluções práticas e imediatas para a questão climática. Para jornalistas, o desafio é respeitar a fonte indígena de muitas dessas soluções sem cair em simplismos ou mistificação. Na conversa com Lee, falamos sobre a cobertura dessa adaptação climática, sobre o que “conhecimento indígena” realmente significa e sobre como evitar estereótipos ao escrever sobre povos nativos. Para maior concisão e clareza, nossa conversa foi editada.

Kevin Lind | Como surgiu o especial *Changing with Our Climate*?

JOSEPH LEE: A Vox queria fazer algo sobre eventos climáticos extremos para o difícil período que foi o [último] verão. Eu tive a ideia de ir ver como povos indígenas estão vivendo a mudança climática em diversos cenários de eventos extremos — calor, tempestades, queimadas —, como estão reagindo a esses desa-

vios e que obstáculos estão encontrando ao tentar fazer o que querem fazer, sejam desigualdades e questões históricas ou políticas atuais.

Quando alguém propõe soluções para mudanças climáticas, é comum o foco da discussão se desviar para políticas públicas ou o impacto dessas mudanças. Seu objetivo, com esse especial, era dar destaque a medidas pragmáticas que povos indígenas estão adotando para sobreviver em um planeta em transformação?

O objetivo da série não é negar a existência de problemas estruturais maiores. Sabemos que há grandes debates políticos a travar e que é preciso propor soluções de longo prazo. O que eu sinto é que, no jornalismo climático atual, volta e meia ouvimos dizer que povos indígenas estão na linha de frente da crise climática, que há sabedoria no manejo da terra pelos indígenas, que há um “saber indígena” ou um “saber ecológico tradicional”. Estamos falando disso tudo, mas ainda falta clareza sobre o que esses termos realmente significam. Meu objetivo com esta série é esclarecer o verdadeiro significado e a aplicação prática dessas coisas. O que descobri é que muitas das respostas se dão em contextos menores do que o do debate nacional sobre políticas públicas. E “menor” é relativo: pode ser uma única pessoa, uma tribo ou uma colaboração entre tribos para tocar uma iniciativa. A maioria das pessoas não vê, em seu dia a dia, o impacto de grandes políticas públicas. No caso dos indígenas em particular, muitas das práticas que começam a ganhar visibilidade são, na verdade, coisas que esses povos já

vinham fazendo ou tentando fazer há muito tempo.

O conhecimento, o saber ou a história de povos indígenas são comumente retratados como algo místico. Qual o impacto desse estereótipo e o que você fez para evitá-lo ao falar de soluções indígenas para mudanças climáticas?

É evidente que há uma longa história de estereótipos e distorções na representação de indivíduos e comunidades indígenas. De certa forma, o modo como falamos de sabedoria indígena, de conhecimento indígena ou de saber ecológico tradicional é uma nova versão desse fenômeno. São conceitos em circulação hoje em dia — que aparecem em políticas públicas, até mesmo em leis —, embora não acredite que as pessoas entendam ou queiram assimilar toda a complexidade deles. Uma das coisas que abordamos nessa série é que o saber tradicional, por exemplo, não significa simplesmente dizer que uma comunidade fazia algo de uma determinada maneira mil anos atrás e que o saber tradicional significa que temos de voltar a fazer isso. Lá atrás, aquela comunidade se adaptava constantemente às suas circunstâncias, assim como povos indígenas continuam a se adaptar hoje — seja em resposta à mudança climática ou ao colonialismo. Nesse sentido, conhecimento e sabedoria indígenas são, basicamente, o que hoje chamamos de adaptação. Um dos objetivos da série é explorar essa ideia em profundidade e mostrar o que significa adaptação na prática. Quando se fala de saber indígena, é comum surgir a ideia estereotipada de algo místico, mitológico, sagrado — o que não quer dizer que não haja um elemento de sagrado no saber

indígena. Mas, em geral, indígenas e não indígenas discorrem sobre isso de modo totalmente distinto.

Durante as entrevistas, como suas fontes descreviam o modo como estão se adaptando a diferentes catástrofes climáticas no dia a dia? Será que esse vocabulário ajudaria na comunicação com gente que talvez não entenda ou não acredite na mudança climática, mesmo já estando exposta a condições climáticas extremas?

A maioria das pessoas não está tentando enfrentar ou se adaptar à mudança climática de modo geral. Nessa série, nosso objetivo é mostrar qual o verdadeiro impacto climático que uma cidade, uma pessoa e uma tribo estão sentindo. Mencionei como o conceito de povos indígenas estarem na linha de frente da mudança climática virou uma espécie de frase de efeito no jornalismo climático. Estamos falando de mais incêndios florestais? De temperaturas mais elevadas? De tempestades mais fortes? De secas? O que realmente estamos discutindo?

Às vezes, esses termos grandiloquentes não são tão relevantes quanto as circunstâncias específicas que as pessoas estão vivendo. Um punhado de gente que trabalha com questões climáticas em suas comunidades de origem me contou que, no dia a dia, não ouviam as pessoas falarem de mudança climática. As pessoas falam da água, da pesca, de outras coisas — que, naturalmente, têm relação com clima. Nem sempre é útil, no plano local, falar de grandes temas quando há problemas ou desafios



SHUTTERSTOCK

Com as temperaturas subindo, o gelo derrete mais cedo e o clima fica imprevisível por períodos mais longos. Embora a pesca do salmão seja a atividade mais afetada, há outros motivos de preocupação

muito mais específicos que precisam ser enfrentados.

Sua editora mencionou que você não fez essa série especificamente para um público branco e que buscou evitar o que pode ser um preconceito inconsciente da mídia. Durante o processo de apuração, como você garantiu essa visão sem preconceitos?

Um dos erros que veículos da grande imprensa cometem é simplesmente ignorar um potencial público indígena e não fazer nenhum esforço para falar a esse público ou levá-lo em consideração ao produzir o material.

De modo geral, indígenas já estão por dentro de muitas das coisas que saem na mídia convencional sobre indígenas. Não é informação nova. Pode ser que um meio ou um jornalista descubram algo e achem que a informação é novidade. Mas é novidade para a comunidade? É novidade para um certo grupo de leitores? Outros veículos tradicionais já deram a informação? Muito do que vemos publicado é mais do mesmo. Eu sempre tento pensar se determinada informação teria interesse para alguém da minha tribo ou de outras tribos, se é algo que traria algum aprendizado. Se é uma causa comum, uma ideia nova, uma solução nova — ou

Acho que podemos exigir um pouco mais do leitor não indígena. Não é preciso, por exemplo, estar sempre partindo do zero. É possível fazer a conversa avançar um pouco mais

só uma historinha interessante sobre povos indígenas.

Como jornalistas, é nosso papel explicar as coisas para o leitor. Mas também acho que podemos exigir um pouco mais do leitor não indígena. Não é preciso, por exemplo, estar sempre partindo do zero. É possível fazer a conversa avançar um pouco mais. E é importante não recorrer a especialistas não indígenas para validar vozes indígenas. É algo que vemos com frequência: um organizador local ou um líder tribal dizem algo e, na sequência, o texto traz as aspas de um acadêmico branco de alguma universidade dizendo que seu trabalho confirma aquilo que foi dito. Acho que simplesmente não precisamos disso. Há acadêmicos indígenas espetaculares — estudiosos e cientistas com formação convencional — que podem discorrer sobre esses assuntos com muito mais propriedade.

O que você sugere para evitarmos estereótipos?

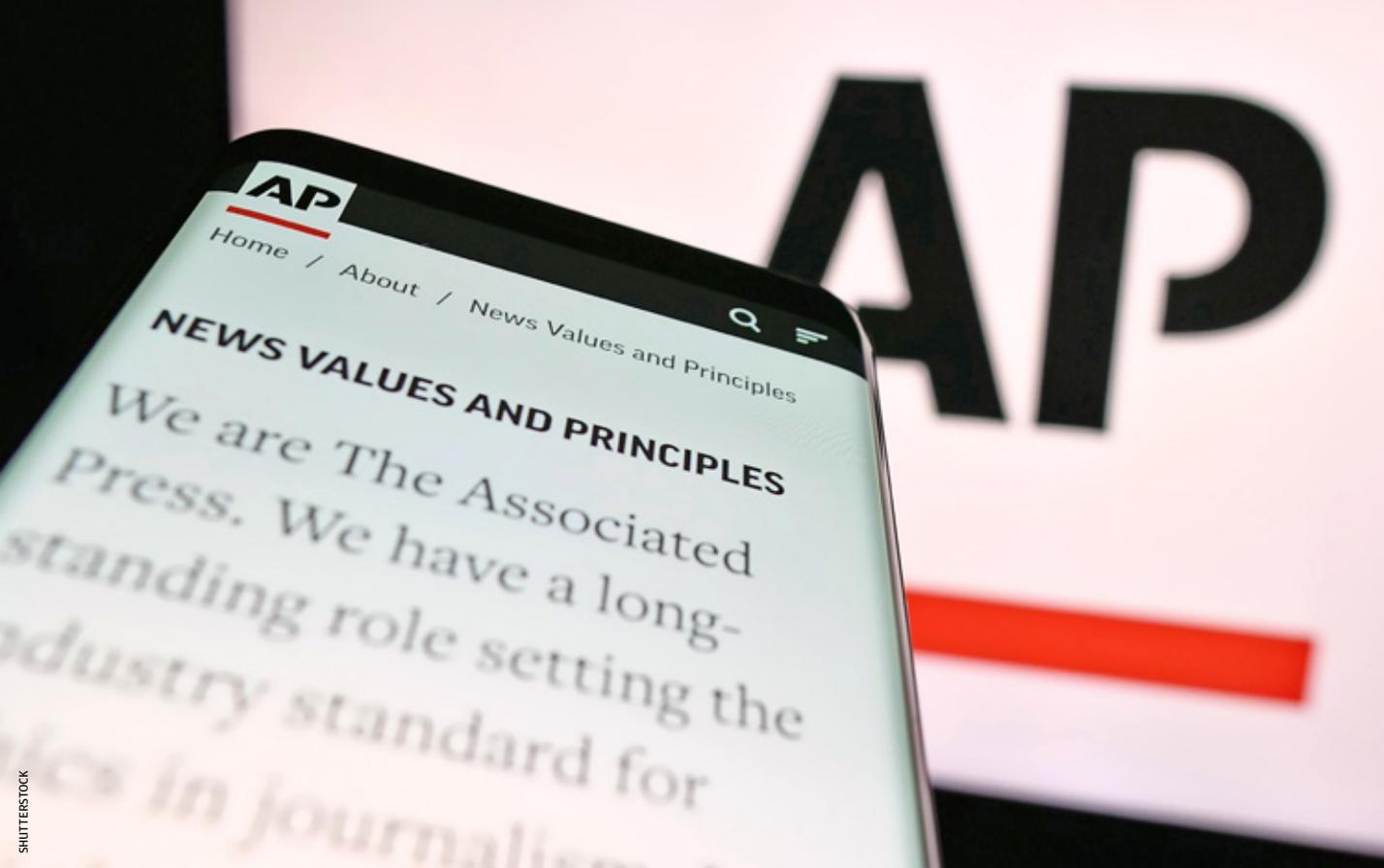
Há muita complexidade em comunidades e tribos indígenas e um grande contexto histórico. Sou um jornalista indígena, escrevo sobre povos indígenas, mas escrevo sobre tribos e comunidades que nem sempre são as minhas. Não é chegar e, simplesmente por ser um jornalista indígena, achar que sei de tudo. É possível que eu tenha um modo de encarar as coisas

ligeiramente distinto do de um jornalista não indígena, mas preciso fazer o mesmo esforço para ganhar a confiança das pessoas, estabelecer relacionamentos e chegar à informação. Outro ponto importante é ser o mais específico possível. Há pouquíssima coisa que permite generalizações do gênero “nativo-americanos têm razão em...” ou “indígenas acham que...”. E, ainda que fosse possível generalizar, a história talvez não seja muito interessante. Um bom jornalismo significa dar espaço a vozes humanas [distintas]. Quanto mais vozes, melhor será a história — e mais o jornalista evitará estereótipos, clichês ou palavras vazias. É algo que está relacionado à questão maior de não encarar indígenas como indivíduos plenos e de não reconhecer tribos como nações soberanas, de não perceber a complexidade dessas questões. E preciso fazer um trabalho sério de realmente entender quem é seu interlocutor. É um líder da tribo? É um ativista da comunidade? É simplesmente um membro da comunidade? Ninguém simplesmente pegaria um sujeito qualquer em Boston para falar em nome do estado de Massachusetts. Mas, por algum motivo, isso tende a acontecer com comunidades indígenas.

Que conselho você daria para quem quer cobrir comunidades indígenas de forma responsável?

É fundamental se preparar bem antes de começar a escrever para garantir que você entenda o assunto, que não está reproduzindo informações prejudiciais e que tenha em mente quem é seu leitor. Está escrevendo para um público indígena? Para um público não indígena? Como isso vai influenciar o texto? É um esforço contínuo. Há quem fale em “jornalismo paraquedista”. Não sei se esse é o termo mais apropriado, mas definitivamente tem muita gente cobrindo temas indígenas de forma esporádica. Em geral, isso não dá muito certo, pois é um trabalho que leva tempo. Qual o objetivo do seu trabalho? É simplesmente escrever sobre algo curioso que você viu ou fazer um jornalismo com um propósito que possa ter impacto? Para que haja impacto, é preciso entender que essa é uma área específica [de cobertura], mas que tem interseção com várias outras — clima, política, economia —, não importa como queiram organizar essas editorias. Isso exige investimento tanto de repórteres como de editores — mas também investimento de veículos e organizações de comunicação. Acho que estamos vendo isso na prática, cada vez mais, com a criação de editorias de assuntos indígenas. Mas é preciso mais. Não basta criar essas funções ou editorias, é preciso apoiá-las com mais autonomia e mais recursos.

KEVIN LIND *é membro da CJR*



Associated Press acha um novo caminho para combater desertos jornalísticos

por JOEL SIMON

NOS ESTADOS UNIDOS, ORGANIZAÇÕES JORNALÍSTICAS SEM FINS LUCRATIVOS como *ProPublica*, *The Marshall Project* e *The19th* transformaram o cenário da mídia na última década. Mas a Associated Press (AP) está na área há muito mais tempo. Fundada há 178 anos, a AP opera como uma cooperativa sem fins lucrativos. E seu impacto é inegável: a AP tem um papel fundamental na indústria jornalística americana, cobrindo acontecimentos nacionais e internacionais, suprimindo veículos nacionais com notícias locais, fazendo a cobertura de eleições e anunciando os vencedores.

Diferentemente da nova safra do jornalismo sem fins lucrativos, que vive de doações e subsídios, a AP é bancada pelos cooperados: organizações jornalísticas do mundo todo que pagam para usar seu conteúdo. Mas é algo que está mudando. A proliferação de desertos de notícias que se espalharam pelos Estados Unidos não faz mal só à democracia — é ruim também para o modelo de negócios da AP. Quanto menor o número de organizações jornalísticas, menor o de membros da AP — e, portanto, menor sua receita. Hoje, são meios nacionais e internacionais de radiodifusão que dependem do conteúdo produzido pela AP, sobretudo vídeos, que garantem sua sobrevivência. A resposta da AP foi buscar novas fontes de recursos para sustentar a cobertura de temas cruciais.

Doações e subsídios de entidades filantrópicas ajudaram a bancar a cobertura da AP sobre democracia, ciência, religião, clima e saúde. A agência também recebe apoio filantrópico de fundações com foco na mídia, particularmente a Knight Foundation. Ao todo, a AP recebeu mais de US\$ 61 milhões em recursos de entidades filantrópicas nos últimos sete anos.

Embora verbas concedidas por fundações ainda representem uma pequena parcela da receita total da AP, é uma fonte que está crescendo e, segundo sua editora-executiva, Julie Pace, poderia crescer ainda mais. Pace está especialmente empenhada em atrair mais apoio para a cobertura de assuntos nas esferas estadual e municipal nos Estados Unidos. “Há uma clara necessidade de mais jornalismo — mas de um jornalismo de alta qualidade, isento, independente”, diz Pace. “Vamos tentar levantar recursos para enfrentar essa crise.”

Para isso, a AP pretende criar uma nova organização. Seria uma entidade sem fins lucrativos (uma 501(c)(3), pelas normas americanas), que, segundo Pace e outros, vai tornar mais fácil atrair e administrar um fluxo maior de contribuições. A nova entidade — cuja estrutura e missão ainda estão sendo definidas — seria um canal para o investimento filantrópico na AP e contribuiria para melhorar o ecossistema de jornalismo e informações locais. A nova entidade será regida por um conselho independente e administrada por um vice-presidente de desenvolvimento filantrópico, um posto que no momento está vago.

Esse cargo foi ocupado até recentemente por Lisa Gibbs, que saiu da

AP para assumir a presidência do Pulitzer Center, que apoia o jornalismo independente por meio de subsídios e programação educacional. Em 2017, Gibbs ajudou a garantir as primeiras subvenções de fundações à AP, verba que foi usada para a cobertura nas áreas de saúde e ciência. Gibbs negociou parcerias com a ONG Report for America — o que permitiu à AP contratar mais 17 repórteres para cobrir legislativos estaduais — e com a Frontline, que produziu com a AP o documentário *20 Days in Mariupol*, que levou o Oscar.

Em maio de 2020, no início da pandemia de covid-19, Gibbs organizou um encontro virtual que conectou a AP com importantes fundações. Várias se dispuseram a financiar o jornalismo em áreas de especial interesse, incluindo clima e educação. Segundo Gibbs, o fator decisivo foi a penetração mundial da AP, bem como sua cobertura isenta. “Tanto Fox News como MSNBC usam a AP”, frisa a executiva.

Agora que a meta é atrair recursos filantrópicos para bancar o jornalismo no plano local, Pace afirma que a estratégia é mapear o terreno nacional para preencher lacunas. Uma área para a qual Pace acha que a AP pode contribuir é a “cobertura dos meandros da gestão pública em nível estadual”, sobretudo no que se refere à “accountability”.

Em março, já se preparando para a eleição para presidente nos Estados Unidos, a AP anunciou parcerias com uma série de organizações sem fins lucrativos locais — incluindo Cal Matters, Honolulu Civil Beat e The Texas Tribune —, o que permite que a AP distribua o material produzido pelas parcei-

ras em escala nacional. Em estados que contam com meios jornalísticos fortes, Pace pretende ampliar essa iniciativa. Já em outros, onde os repórteres da AP volta e meia são os “únicos”, a executiva espera fortalecer o jornalismo da própria AP. Pace acredita que o jornalismo de dados e análises da AP, além do acesso a um conteúdo visual e a uma cobertura robusta, podem ajudar meios de comunicação locais de todo o país.

Há uma séria e natural preocupação com o futuro do jornalismo local nos Estados Unidos — e com o setor como um todo, marcado por cortes de pessoal, consolidação e escândalos. Mas também há razão para otimismo. Em todo o país, organizações sem fins lucrativos estão fazendo um jornalismo excepcional e, em certos casos, encontrando um público importante. Quem vem apoiando com recursos esse parcial ressurgimento sente, naturalmente, orgulho dessa iniciativa. Graças a uma campanha batizada de Press Forward, uma coalizão de financiadores encabeçada pela MacArthur Foundation se comprometeu a investir mais de US\$ 500 milhões para colaborar para meios locais nos próximos anos.

Mas a AP também tem um papel a desempenhar no fortalecimento do jornalismo nos planos estadual e municipal. “Não é fácil, nem vai ser rápido ou simples”, diz Pace. “Mas vemos isso como o próximo passo e a continuação da missão que mantemos há tanto tempo.” ■

JOEL SIMON é diretor-fundador do Journalism Protection Initiative, um projeto da Craig Newmark Graduate School of Journalism.

Jornalismo de esportes investigativo precisa de um novo modelo de financiamento

por JOSH FINE

A INDÚSTRIA DO ESPORTE, QUE RESPONDE POR 2% DO PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) global, é composta por diversas entidades dotadas de autonomia, mas financiadas em parte com dinheiro público. E cada uma delas tem controle quase absoluto sobre seu setor. Essas organizações não só operam sem concorrência, mas estão, em grande parte, livres de qualquer supervisão pelo poder público. Esse vázio deixa espaço para abusos de toda natureza — raciais, sexuais, financeiros, de direitos humanos. As poucas organizações dedicadas a promover reformas no setor em geral são bancadas pela própria indústria esportiva.

A situação só tende a piorar, pois é cada vez maior a influência de governos não democráticos e repressivos no setor — como Arábia Saudita e China. E, no último ano, muitos dos veículos de comunicação que tradicionalmente faziam um jornalismo crítico e investigativo da indústria esportiva reduziram drasticamente a cobertura ou encerraram suas atividades.

Essa falta de cobrança no esporte significa que jornalistas investigativos devem desempenhar um papel crítico na informação do público. Foram eles que, nas duas últimas décadas, expuseram o elo entre concussões e danos cerebrais, o perigo de medicamentos para melhorar o desempenho atlético e o abuso físico e mental praticado contra atletas universitários nos Estados Unidos. É um trabalho crítico salva-vidas,

poupa dinheiro e protege indivíduos vulneráveis.

Mas essa arena investigativa está encolhendo (e aqui incluo o fim do programa Real Sports with Bryant Gumbel, da HBO, onde trabalhei por 17 anos). Muito da cobertura esportiva que restou — boa parte dela bancada pela própria indústria — está mais para o incentivo do que para jornalismo e é publicada ou transmitida por entidades mais preocupadas com acesso do que com transparência.

Nos Estados Unidos, por exemplo, clubes de propriedade de indivíduos abastados recebem bilhões de dólares em recursos públicos, esvaziando o cofre de alguns dos municípios mais pobres do país. No entanto, devido à cobertura normalmente elogiosa que os times recebem — tanto na imprensa local

quanto em transmissões de TV —, esses proprietários costumam ser vistos como benfeitores da localidade, não como beneficiários de dinheiro público.

Além disso, a indústria esportiva americana gasta milhões em lobby e doações a campanhas políticas. No entanto, é raro a imprensa tratar desse assunto — em parte, ao que parece, porque a existência de um clube é boa para a mídia local, pois engrossa a audiência e o número de leitores. E há, ainda, o grande temor de perder acesso a franquias, a donos de clubes, a jogos e aos próprios atletas locais.

A falta de uma cultura investigativa forte no jornalismo esportivo pode ter um impacto devastador para crianças e jovens, milhões dos quais participam de esportes formalmente organizados. Dados da própria National Collegiate Athletic Association (NCAA), que congrega entidades de esportes universitários nos Estados Unidos, por exemplo, mostram que seus atletas são os trabalhadores mais explorados do país — um fato que recebe pouquíssima cobertura.

No ensino médio, por exemplo, jovens de famílias de alta renda são



A falta de uma cultura investigativa forte no jornalismo esportivo pode ter um impacto devastador para crianças e jovens

cada vez mais impedidos pelos pais de jogar futebol americano devido ao sabido risco para o cérebro. Apesar disso, a imprensa pouco fala sobre o preocupante fato de que jovens de famílias mais pobres estão sendo recrutados por treinadores para preencher a lacuna. São fatos com tremendas implicações éticas, para a saúde e a segurança — mas com frequência ignorados ou tratados com um generoso desdém.

Qual seria, então, a solução?

No caso específico dos Estados Unidos, muitas das entidades com papel de destaque no esporte — times de escolas e universidades públicas, órgãos de governo que subvencionam estádios — são instituições públicas e estão sujeitas a leis de acesso à informação. Além disso, boa parte do tratamento especial questionável — incentivos fiscais,

política regulatória, benefícios corporativos — ocorre por meio de lobby, doações a campanhas políticas e tráfico de influência, tanto na esfera federal quanto em governos estaduais. E toda essa informação também é aberta ao público.

E, como em geral as pessoas entram no esporte movidas por ideais, não falta gente desiludida, que atua ou atuou em entidades desportivas, disposta a revelar informações sobre condutas irregulares.

Já há gente trabalhando para converter essa informação em jornalismo, embora não ainda em número suficiente. O que falta é um suporte estável e duradouro para a cobertura investigativa da indústria do esporte.

O jornalismo investigativo sem fins lucrativos aumentou a cobrança sobre outros setores, poupando recursos públicos preciosos e prevenindo a exploração de comunida-

des vulneráveis. É preciso uma iniciativa similar no esporte.

Grandes doadores normalmente justificam o apoio ao jornalismo independente como um meio de incutir confiança em instituições civis, reduzir a polarização política e fortalecer a democracia. Por essa mesma ótica, apoiar o jornalismo investigativo no esporte é uma aposta acertada.

O público americano tem um constante e intenso interesse no esporte. A comunidade filantrópica tem a oportunidade de ajudar jornalistas esportivos a encontrar um modelo sustentável para o jornalismo investigativo na área. A hora de agir é agora. ■

JOSH FINE é um premiado repórter investigativo. Até recentemente, foi produtor sênior de reportagens no programa Real Sports with Bryant Gumbel, da HBO. Foi agraciado duas vezes com o prêmio Alfred I. duPont-Columbia University.

Julian Assange está livre

Mas dúvidas para o jornalismo persistem

por MATHEW INGRAM



A. POWERS-FUDYMA

UM VÍDEO POSTADO NAS REDES SOCIAIS no dia 24 de junho mostrava Julian Assange, fundador do WikiLeaks, subindo as escadas de um avião particular estacionado na pista do aeroporto de Stansted, em Londres. Seria uma cena sem maior importância — não fosse o fato de Assange ter passado os últimos cinco anos preso no Reino Unido, lutando durante quase todo esse período para evitar a extradição para os Estados Unidos, onde seria julgado à luz da legislação americana de espionagem por ter publicado informações classificadas do governo (escrevi sobre o registro de acusação inicial). O jatinho no qual Assange embarcou em Stansted passou por Bangkok e, de lá, foi para Saipan, a capital das Ilhas Marianas do Norte, um território dos Estados Unidos desde a Segunda Guerra Mundial.

Em Saipan, Assange foi a uma audiência de formalização do acordo firmado com o governo americano, pelo qual se declarou culpado do crime de obtenção e divulgação ilegal de informações ligadas à segurança nacional dos Estados Unidos. Em troca, foi libertado, já que os cinco anos que passou na prisão equivaliam mais ou menos à pena de reclusão que receberia pelo crime. Dalí, voltou a Austrália, seu país de origem. A audiência foi nas Marianas do Norte, porque Assange se opôs a pisar no território continental americano e devido à proximidade das ilhas com a Austrália.

Quando saiu a notícia do acordo, a mãe de Assange disse ao diário britânico *The Guardian* estar grata por ver o “calvário [do filho] finalmente chegando ao fim” e que o acordo mostra a importância e o poder da “diplomacia de bastidores”. O pai de Assange, John Shipton, também se mostrou contente com a saída do filho da prisão. Vídeos e fotos postados nas redes sociais mostravam a mulher de Assange, Stella, abraçando o marido (os dois estão juntos desde 2015 e têm dois filhos, nascidos em 2017 e 2019, embora só tenham se casado em 2022, quando

ele estava na prisão). Uma postagem de Stella Assange no X trazia uma foto dos dois se abraçando e dizia simplesmente “Home”.

A liberação de Assange provocou reações diversas. De um lado, gente como Michael Moore, o cineasta de esquerda que pagou uma fiança de US\$ 20 mil para Assange em 2010, celebrou o fim da prisão. O mesmo fizeram outros membros do grupo de ativistas Free Assange e de organizações de defesa da liberdade de imprensa, como a PEN America. Já Mike Pence, vice-presidente no governo de Donald Trump, classificou o acordo como um “erro judicial”, sob o argumento de que as informações sigilosas divulgadas pelo WikiLeaks puseram em risco membros das forças armadas do país (algo que carece de provas concretas). O *The Times* do Reino Unido escreveu que Assange “não é um genuíno denunciante, muito menos um símbolo da luta pela liberdade de imprensa, mas um ladrão”. No *Globe and Mail*, do Canadá, Doug Saunders escreveu que Assange era “um impostor que se dizia jornalista e denunciante, mas, na verdade, prejudicava muito o jornalismo e dificultava a vida de autênticos informan-

tes”, além de um “instrumento de ditadores”, pois certas informações vazadas pelo WikiLeaks (como a de e-mails de Hillary Clinton) ajudaram o governo russo.

A notícia do acordo parece ter surpreendido alguns observadores, embora o governo Biden viesse dando sinais há algum tempo de que queria resolver o caso Assange. Analistas políticos afirmam que, no último ano, o premiê da Austrália, Anthony Albanese, fez pressão considerável sobre o governo americano para resolver o assunto de uma vez por todas. Em março, o *The Wall Street Journal* informou pela primeira vez que o Departamento de Justiça dos Estados Unidos estava considerando um acordo com Assange e observou que essa disposição do governo Biden se devia, em parte, ao fato de que insistir na extradição de Assange com base na acusação de espionagem teria sido uma “batata quente” nas mãos do governo às vésperas de uma eleição para a presidência do país.

No governo americano, houve divergências sobre como agir no caso de Assange desde que o WikiLeaks começou a publicar milhares de documentos confidenciais vazados em 2010 por Chelsea Manning, uma ex-analista de inteligência do Exército (que foi condenada por espionagem e passou sete anos na prisão). Autoridades do Departamento de Justiça no governo Barack Obama consideraram denunciar Assange por espionagem, mas desistiram no final por julgar que persegui-lo por receber e publicar documentos vazados acabaria criminalizando algo que muitos jornalistas investigativos fazem rotineiramente. Mat-



SHUTTERSTOCK

O problema de levar Assange à Justiça era que “não [havia] como julgá-lo por publicar informações sem que a mesma tese fosse aplicada a jornalistas”

thew Miller, que foi porta-voz do Departamento de Justiça, declarou ao *Washington Post* em 2013 que o problema de levar Assange à Justiça era que “não [havia] como julgá-lo por publicar informações sem que a mesma tese fosse aplicada a jornalistas”.

Em 2018, no entanto, o governo Trump chegou a uma conclusão muito distinta e denunciou Assange por 18 crimes à luz da legislação de espionagem (decisão que foi revelada acidentalmente quando se divulgavam informações de outro caso). Assange foi acusado de entrar em conspiração com Manning e de “auxiliá-la a obter informações confidenciais que, segundo indícios, seriam usadas para prejudicar os Estados Unidos ou beneficiar uma nação estrangeira”, incluindo a quebra de uma senha armazenada em computadores do governo. Em 2020,

o Departamento de Justiça ajuizou novas acusações, afirmando que Assange também tinha “recrutado hackers para invadir computadores” com o intuito de obter acesso a documentos confidenciais, fornecendo inclusive uma lista de alvos de alto valor ao Lulz Sec, um grupo criminoso de hackers. Segundo o governo americano, a natureza dessa atividade tornou os crimes de Assange qualitativamente distintos do legítimo jornalismo.

A reação de defensores da liberdade de imprensa foi imediata. Carrie DeCell, advogada do Knight First Amendment Institute, da Columbia University, escreveu no então Twitter que a questão “não é se Assange é jornalista, mas se a tese jurídica do governo é uma ameaça à liberdade de imprensa. E é”. Segundo DeCell, o argumento do governo foi que Assange praticou espiona-

gem ao obter e divulgar informações sigilosas, mas “é exatamente isso que bons jornalistas investigativos, que cobrem segurança nacional, fazem”. Jameel Jaffer, diretor-executivo do Knight First Amendment Institute, declarou após a denúncia ter sido aceita na instância do “grand jury” que o Departamento de Justiça, em sua argumentação, descrevia “como parte de uma conspiração criminosa práticas jornalísticas cotidianas”, incluindo cultivar fontes, manter o sigilo da fonte e garantir a privacidade das comunicações. Outra entidade, a The Reporters Committee for Freedom of the Press, disse que as acusações eram “um grave perigo”. Para a Freedom of the Press Foundation, eram “aterrorizantes”.

Formalizada a acusação, Assange foi removido da embaixada do Equador pela polícia britânica e levado ao presídio de Belmarsh, no Reino Unido, onde passou os últimos cinco anos em uma espécie de confinamento solitário, lutando para não ser extraditado para os Estados Unidos. O ministro das Relações Exteriores do Reino Unido chegou a autorizar a extradição em 2019, mas os advogados de Assange recorreram, alegando que seu cliente estava sendo acusado de crimes políticos — o que violaria um tratado de 2003 entre Reino Unido e Estados Unidos proibindo a extradição por crimes políticos. Os advogados de Assange argumentaram ainda que a reclusão em uma prisão nos Estados Unidos seria prejudicial para a saúde mental de seu cliente e aumentaria o risco de suicídio. Em 2021, um juiz

Para Carrie DeCell, advogada do Knight First Amendment Institute, da Columbia University, a questão “não é se Assange é jornalista, mas se a tese jurídica do governo é uma ameaça à liberdade de imprensa. E é”

aceitou o argumento da saúde mental e suspendeu a ordem de extradição, mas a decisão foi revertida após autoridades americanas terem declarado que Assange seria bem tratado. Assange voltou a recorrer, sustentando que a acusação violava seu direito fundamental à liberdade de expressão, tanto à luz da legislação americana como da europeia. Neste ano, um tribunal superior do Reino Unido, o British High Court, decidiu que o recurso seria analisado.

Embora tenham demonstrado satisfação com o desfecho, grupos de defesa da liberdade de imprensa disseram que o acordo de Assange com o governo Biden ainda representa uma ameaça a jornalistas e à prática do jornalismo. David Greene, responsável pela área de liberdades civis da Electronic Frontier Foundation, uma entidade sem fins lucrativos focada em direitos fundamentais garantidos pela Constituição americana e na liberdade digital, declarou ao *The New York Times* que o acordo significava que “os Estados Unidos, pela primeira vez em mais de cem anos de história da Lei de Espionagem, condenaram alguém por atividades jornalísticas básicas”. Jodie Ginsberg, diretora do Committee to Protect Journalists, declarou à Reuters que, embora o grupo tenha saudado a libertação de Assange, sua conde-

nação na Justiça americana “criou um precedente legal perigoso ao abrir caminho para que jornalistas fossem acusados de crimes de espionagem por receber material sigiloso vazado por informantes”.

Alan Rusbridger, que era secretário de redação do *The Guardian* quando o jornal publicou parte do material vazado pelo WikiLeaks, escreveu na revista *Prospect* que a libertação de Assange foi “uma notícia muito boa”, mas que o acordo com a Justiça “sem dúvida [teria] um efeito inibidor para um jornalismo autêntico e legítimo”. Rusbridger, hoje editor da *Prospect*, acrescentou que Assange era tudo, mas não um “espião”. Podia ser “editor, jornalista, ativista, anarquista da informação, denunciante (...)”. Mas ninguém, nem mesmo o governo americano, alegou seriamente que o que ele fez em 2010/2011 foi espionagem”. Seth Stern, diretor de ativismo da Freedom of the Press Foundation, disse que, embora o acordo com a Justiça não tenha o mesmo peso que uma sentença teria, ainda assim poderá “pairar sobre a cabeça de jornalistas especializados em segurança nacional por anos”. Stella Assange, disse que o marido cogita um pedido de indulto, e informou à Reuters que a confissão de culpa à luz da lei de espionagem é “um problema sério para jornalistas”.

Em editorial, o *The Guardian* sustentou que o governo Biden jamais deveria ter usado a lei de espionagem para perseguir Assange, sobretudo depois de o governo Obama ter admitido o efeito inibidor que isso poderia ter sobre o jornalismo investigativo, e que o governo do Reino Unido jamais devia ter concordado com a extradição de Assange. Infelizmente, prosseguiu o editorial, “é possível que futuros governos vejam o caso como um incentivo para perseguir a imprensa por crimes de espionagem e que (...) um segundo governo Trump, fortalecido, assim o faça”. Jameel Jaffer, diretor-executivo do Knight First Amendment Institute, disse que Assange acabou cumprindo “cinco anos de prisão por algo que jornalistas fazem todo dia” e que isso abre “um precedente horrível”. O caso, disse ele, irá “jogar uma larga sombra sobre as mais importantes modalidades de jornalismo, não só nos Estados Unidos, mas no mundo todo”. ■

MATHEW INGRAM é diretor de conteúdo digital da CJR. Antes disso, ocupou postos de destaque na redação da revista *Fortune*. Ingram vem escrevendo sobre a interseção de imprensa e tecnologia desde os primórdios da internet. Seus textos já foram publicados em meios como *The Washington Post*, *Financial Times* e em agências como *Reuters* e *Bloomberg*.

O Jornalismo é Ambiental

Responsabilidade e Informação no Combate às Mudanças Climáticas

por MARIA ELISABETE ANTONIOLI

SOB O TEMA “O JORNALISMO É AMBIENTAL: Responsabilidade e Informação no Combate às Mudanças Climáticas”, foi realizado em 17 de outubro, na sede da ESPM em São Paulo, o 8º Seminário Internacional de Jornalismo ESPM/ Columbia University – Journalism School. Com apresentação da professora de Jornalismo da ESPM Claudia Bradarioli, na abertura estiveram presentes Dalton Pastore, presidente da ESPM; José Roberto Whitaker Penteado, editor da *Revista de Jornalismo ESPM* (edição brasileira da *Columbia Journalism Review*) e presidente da ESPM de 2010 a 2018; e Elena Cabral, professora e assistente do reitor nos Programas Acadêmicos e Comunicações da Escola de Jornalismo de Columbia. As palavras finais foram de Maria Elisabete Antonioli, coordenadora do curso de Jornalismo da ESPM-SP.

Convidados do Brasil e do exterior e professores da ESPM participaram do evento: **Daniela Chiaretti**, jornalista, repórter especial de ambiente no *Valor Econômico* e membro do comitê fundador do Rainforest Journalism Fund; **Jonathan Watts**, jornalista britânico, correspondente de meio ambiente do *The Guardian*, fundador do Rainforest Journalism Fund e um dos fundadores do Sumaúma; **Leão Serva**, jornalista, diretor internacional e correspondente em Londres da TV Cultura e professor de Jornalismo na ESPM; **Marcelo Leite**, jornalista, colunista

da *Folha de S.Paulo* e autor dos livros *Promessas do Genoma* e *Psiconautas – Viagens com a Ciência Psicodélica Brasileira*; **Muriel Alarcón**, jornalista chilena, professora da Pontifícia Universidade Católica do Chile e mestre em Ciências, Saúde e Jornalismo Ambiental pela Escola de Jornalismo da Universidade de Columbia; **Ricardo Gandour**, jornalista, fundador da R. Gandour Estratégia e Comunicação e professor de Jornalismo da ESPM; e **Verônica Goyzueta**, jornalista, uma das fundadoras do Sumaúma e professora de Jornalismo da ESPM. ■





DIVULGAÇÃO

José Roberto Whitaker Penteado



FOTOS: DIVULGAÇÃO

Roberto Civita me ligou e disse o seguinte: “Gostaria de convidar você para ir comigo a Nova York, porque eu vou apresentá-lo lá na Columbia para você começar um curso de Jornalismo no Brasil. Nós fomos a Columbia e fechamos, então, esse convênio com a revista

Quando eu assumi a presidência da ESPM, não havia ainda o curso de Jornalismo. Mas eu tinha muito desejo que a escola tivesse, porque ela começou só com publicidade e depois foi abrindo outros cursos. Mas não tinha ainda Jornalismo.

Assim, eu gostaria de prestar uma homenagem ao verdadeiro pai da nossa escola de Jornalismo, que faleceu há não muito tempo, o Roberto Civita, que foi presidente da Abril, grande empresa de jornalismo fundada pelo pai dele, o italiano chamado Vitor Civita, que eu também conheci.

Eu me lembro que o Roberto Civita me ligou e disse o seguinte: “Gostaria de convidar você para ir comigo

a Nova York, porque eu vou apresentá-lo lá na Columbia para você começar um curso de Jornalismo no Brasil. Nós fomos a Columbia e fechamos, então, esse convênio com a revista. E assim, o nosso curso de Jornalismo teve início em 2011.

Então, eu gostaria de mencionar, na abertura deste seminário, como começou o nosso curso de Jornalismo e trazer essa lembrança, essa homenagem ao Roberto Civita.

JOSÉ ROBERTO WHITAKER PENTEADO, *editor da Revista de Jornalismo ESPM – edição brasileira da Columbia Journalism Review e presidente da ESPM de 2010 a 2018.*

Elena Cabral

A Columbia Journalism School e a ESPM têm uma missão vital em comum: preparar estudantes para cobrir notícias do mundo. E, nesse momento, entendemos, de uma forma muito singular, que para nós, jornalistas, não há história mais importante no mundo atual do que a crise climática. Na Columbia, mais especificamente, sob liderança do nosso atual reitor, nós colocamos em nosso currículo e nas nossas iniciativas institucionais esse importante tema. Os estudantes do nosso programa de mestrado, por exemplo, podem fazer vários cursos multidisciplinares em ciências e meio ambiente.

O nosso vice-reitor de assuntos acadêmicos sempre busca mostrar o poder visual de contar histórias nessa área ambiental também. E vocês sabem que a cidade de Nova York é vulnerável a furacão, ao aumento do nível do mar. A Columbia Journalism School agora tem um cientista climático que, de fato, é professor titular lá para trabalhar com os estudantes. E ele tem trabalhado em um programa de pesquisa para investigar os impactos mais severos em termos ambientais.

Temos muita sorte, muita gratidão de fazer parte de uma discussão como esta no dia de hoje em que os jornalistas podem compartilhar suas experiências e ideias de inovações. E agradecemos à ESPM por nos incluir nesta discussão importante.

ELENA CABRAL, *professora e assistente do reitor nos Programas Acadêmicos e Comunicações da Escola de Jornalismo de Columbia.*



Muriel Alarcón

Eu estava conversando com uma amiga minha recentemente, e ela disse: “Você se tornou uma repórter do clima?”. Eu falei: “Bom, hoje eu acho que todo jornalista vai se tornar um repórter do clima. Isso é algo que acredito muito, porque eu acho que a crise climática é a maior história do nosso planeta”.

A pandemia também me ensinou sobre a importância da ciência na nossa vida. Eu coloquei um objetivo, que é incluir cientistas na minha história, principalmente cientistas que estão lutando, combatendo as mudanças climáticas e interagindo com comunidades, porque eles também, por meio das suas descobertas, podem ensinar formas de salvar o planeta. Então, nessa busca ativa, eu encontrei muitos outros cientistas locais hoje que querem muito compartilhar suas descobertas, querem muito colocar a serviço da sociedade, de um público maior, o que encontraram em suas pesquisas.

Eu acredito que, hoje, é papel do jornalista fazer essa ponte entre o mundo científico e o mundo maior de pessoas comuns, porque eu acredito que isso também pode levar a um equilíbrio, pois a narrativa hoje está muito polarizada. É assim que eu vejo a descoberta dessas histórias. Eu acho que o jornalismo não é apenas documentar, mas também construir confiança com as fontes, com os cientistas, com as comunidades.

MURIEL ALARCÓN, *jornalista chilena, professora da Pontifícia Universidade Católica do Chile. É mestre em Ciências, Saúde e Jornalismo Ambiental pela Escola de Jornalismo da Universidade de Columbia.*

Jonathan Watts

A deterioração do meio ambiente não acontece apenas no Brasil, mas em todo o mundo. No meu trabalho como correspondente do meio ambiente, inicialmente, eu tive o privilégio de estar ativo na defesa do meio ambiente. Eu fui em muitas áreas e vi que não tem nenhum lugar no mundo que não esteja afetado por isso. Os corais das Filipinas, os ecossistemas da Malásia, os ecossistemas glaciais. Você poderia falar de todos os ecossistemas e biomas, porque os grandes jornalistas relutam muito em mostrar essas coisas aos leitores e aos espectadores. É mais fácil ignorá-las se você mora em um ambiente com ar-condicionado, onde você se sente seguro, onde você pode, talvez, se persuadir de que é a realidade de alguém. A crise climática não afeta você, mas afeta outras pessoas de longe. Existe essa noção de que a mudança climática não nos afeta, mas afeta você também, afeta todo mundo.

A história climática atual é a mais importante da história da humanidade. E é assim que a história é. O primeiro desafio que temos como jornalistas é compreender o quão significativo é isso. Compreender o tamanho da escala do que está ocorrendo. E isso está quase além da nossa imaginação.

JONATHAN WATTS, *jornalista britânico, correspondente de meio ambiente do The Guardian, fundador do Rainforest Journalism Fund e um dos fundadores do Sumaúma.*



Marcelo Leite

Eu concordo com as pessoas que já mencionaram aqui que a história do clima, a crise do clima, a emergência climática, é a história mais importante que nós temos na pauta. Mas, se ela é a história mais importante, por que não estamos conseguindo fazer a diferença necessária? As emissões continuam subindo, o consumo de combustíveis fósseis não está caindo, o aquecimento segue em frente e, no ritmo atual, deverá passar de dois graus; com certeza, é uma das metas de Paris. A meta mais prudente seria um grau e meio de aquecimento. A trajetória claramente vai nos levar acima disso.

A minha geração teve a sua oportunidade, fez o que foi possível no jornalismo e, a meu ver, foi insuficiente. Como é que devemos nos comportar em face desse novo estado de coisas? Eu tenho só algumas ideias, mas não a solução, se é que existe uma. Acho que precisamos de novas linguagens, talvez menos argumentativas e mais concretas, porque a argumentação, por ser baseada em informação racional e na ciência, não está sendo suficiente. Acho que a gente precisa falar mais da vida nas quebradas, pois os jornais não enxergam onde vive a maioria da população brasileira.

MARCELO LEITE, *jornalista, colunista da Folha de S.Paulo e autor dos livros Promessas do Genoma e Psiconautas – Viagens com a Ciência Psicodélica Brasileira.*



Leão Serva

Eu cubro a questão ambiental via comunidades indígenas desde 1978. E sempre vi a questão indígena como uma questão ambiental e um enfrentamento das comunidades indígenas contra seus invasores e seus destruidores como uma questão vocacionada ou relacionada diretamente com a questão ambiental. Vejo que a gente tem uma crônica permanente de derrotas e avanços da destruição do meio ambiente. Portanto, sou realmente bastante pessimista e acho que hoje eu tenho me dedicado mais a tentar entender o que acontece que nos impede de encontrar um caminho de saída. Eu escrevi um livro, muitos anos atrás, chamado *Jornalismo e Desinformação*, que não contempla a questão ambiental, e desde então venho escrevendo tentando usar as ferramentas daquele livro para o entendimento de por que o jornalismo desinforma na questão ambiental.

A outra questão, por exemplo, é que a imprensa cobriu os incêndios florestais da Amazônia por percentuais. Percentuais do território amazônico que foram queimados neste ano. Ou redução ou aumento em relação ao ano anterior. E esses percentuais nos tiraram a capacidade de ver o todo.

LEÃO SERVA, jornalista, diretor internacional e correspondente em Londres da TV Cultura e professor de *Jornalismo na ESPM*.

Daniela Chiaretti

Eu sou uma jornalista repórter. Eu concordo que os jornalistas dessa nova geração serão jornalistas climáticos, mas eu acho que eles serão jornalistas porque o clima vai ser a pauta, quer queira, quer não, em qualquer editoria ou assunto, ou setor pelos quais os jovens se interessem. Mas a aceleração desse processo é tão grande que ela acontece hoje. E, embora veja muita assustada as coisas que estão acontecendo – um dos maiores cientistas brasileiros e do mundo acabou de dizer há um mês que ele estava apavorado –, eu vejo nesse assunto climático um potencial muito grande de transformação e de revolução. Ele é muito revolucionário, e é isso que me entusiasma. Então, o que eu quero dizer é o seguinte: o jornalismo tem que mudar. Mas não é só o jornalismo, nós também temos que mudar, e temos que mudar de muitas maneiras, temos que mudar. Eu acho que esse é o grande desafio da humanidade, em rumo, por exemplo, o jornalista aberto às novidades, aberto à história, ao presente, mas também nós, como pessoas, tentando romper os nossos preconceitos.

DANIELA CHIARETTI, jornalista, repórter especial de ambiente no Valor Econômico. É membro do comitê fundador do Rainforest Journalism Fund.



FOTOS: DIVULGAÇÃO

Um centro de mídias para preservar a cultura **Mēbêngôkre Kayapó**

por VERÓNICA GOYZUETA, ALDEIA A'UKRE, PARÁ



ARQUIVO PESSOAL

O JOVEM BYTI KAYAPÓ CORRE DE UM LADO PARA OUTRO com uma câmera profissional e um crachá de imprensa pendurado no pescoço enquanto registra a cerimônia de premiação do campeonato de futebol da A'Ukre, uma das 30 aldeias do território indígena Mēbêngôkre Kayapó, na Amazônia Central brasileira, ao sul do estado do Pará. O crachá de imprensa é um detalhe, porque não existe nenhuma exigência nem burocracia para ele fazer fotos e filmar, mas essa identificação e a câmera são dois símbolos que carrega com orgulho como representante da mídia local. Byti é um dos oito jovens, entre quatro homens e quatro mulheres, que estão se preparando para registrar todos os eventos e tradições do seu povo dentro do Centro de Mídias, uma iniciativa que conta com o apoio dos três caciques da aldeia.

O Centro de Mídias é parte do projeto Território, Cultura e Autonomia Mēbêngôkre, de produção audiovisual e de sustentabilidade energética, na região do Riozinho, ao sul do Pará, liderado pela Associação Floresta Protegida (AFP), uma organização não governamental criada pelos Kayapó em conjunto com pesquisadores brasileiros e norte-americanos, que conta com apoio financeiro do Fundo Amazônia e do Banco

Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), sendo este o primeiro projeto de base indígena que recebe esse financiamento público. Com mais de oito mil membros, os povos Mëbêngôkre Kayapó são conhecidos dentro e fora do Brasil por algumas das suas lideranças, como o cacique Raoni e Tuiré, a mulher que foi símbolo dos protestos deste povo contra a construção da hidrelétrica de Belo Monte.

Entre maio e junho de 2024, jovens das aldeias Kubênkrākêj, Kedjêrêkrã, A'Ukre, Mojkarako, Ngôjamroti, Ngômeiti, Pykatykre, Kremajti e Tepdjati participaram de uma série de oficinas de formação audiovisual ministradas pelos cineastas Matsipaya Waurá Txucarramãe, Kokokaroti Txucarramãe e Beptemexti Kayapó, membros do Coletivo Beture, com o apoio pedagógico dos cineastas e fotógrafos Simone Giovine e Ivich Barret. Os novos comunicadores indígenas aprenderam a produzir vídeos e fotos e a documentar as suas atividades e tradições na língua materna.

O projeto já capacitou aproximadamente 40 jovens de diversas aldeias dessa região com oficinas de formação audiovisual, ministradas também por outros indígenas, experientes em cinema e comunicação, como o Coletivo Beture de Cineastas Mëbêngôkre, e com o apoio do portal de comunicadores indígenas Mídia Indígena, grupo liderado por Priscila Tapayowara. O objetivo do programa é preparar comunicadores nas aldeias para utilizarem o audiovisual como ferramenta de expressão, documentar suas tradições cul-

turais e fortalecer a sua identidade cultural. O Centro de Mídias vai usar equipamentos novos e carregados com energia solar, para garantir autonomia energética e sustentabilidade ambiental dentro das comunidades.

“Pensamos em montar uma casa de mídias, porque queremos montar uma equipe e filmar, para registrar tudo o que fazemos e não esquecer; para guardar a nossa imagem”, conta Kaket Bepyneite, o cacique jovem da aldeia A'Ukre, o responsável por levar adiante os projetos. A aldeia tem outros dois caciques, o sábio Kryt, que é o mais importante deles, e a cacica Dilma, que representa as mulheres. Os três são favoráveis e apoiam a iniciativa como forma de guardar a memória do seu povo.

“Em julho, quando cheguei na aldeia A'Ukre, o meu primeiro contato com o cacique Kryt e sua mulher, Irepá, foi com os dois assistindo a um filme Kayapó em um aparelho de televisão antigo da sua casa, reproduzido em um aparelho de videocassete. Kryt, o sábio da aldeia, assistia a um encontro do seu povo com jornalistas internacionais, enquanto reconhecia a importância de ver a sua história e guardar os registros.”

“Queremos que os jovens aprendam a guardar nossa tradição, registrem nossas festas, cantos, nossas falas, a memória e a nossa história para o futuro”, diz Kaket, que, com o Centro de Mídias, quer mudar a perspectiva do olhar sobre a sua cultura. “Antigamente as pessoas de fora vinham e gravavam a nossa imagem, mas não a devolviam para nós. Agora, se há uma festa em uma aldeia, nós mandamos a nossa equipe

para filmar”, diz o cacique, referindo-se à perspectiva anterior sobre a sua imagem que era feita por outros, em geral pesquisadores e antropólogos.

As oficinas que vêm acontecendo também têm sido importantes para fortalecer as relações entre os jovens de diferentes aldeias e para impulsionar a liderança na região dos membros do Coletivo Beture e da Mídia Indígena, que já são parte de uma rede de comunicadores de povos originários que atuam em nível nacional e internacional. No caso do Coletivo Beture, que atua em abordagem colaborativa e educativa com seus parentes indígenas, a repercussão do grupo tem sido grande pelo nível da produção audiovisual e pela importância do material que preserva e difunde tradições, conhecimentos e práticas culturais ancestrais.

Em 2023, o Coletivo Beture apresentou alguns dos seus filmes no Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand (Masp), destacando a participação do cineasta Bepunu Kayapó, que foi apresentado como “potente, sensível e atento às tradições do seu povo”¹. Bepunu vive na aldeia Moikarakô, município de São Félix do Xingu, também no Pará, “focando suas lentes para dentro do território Mëbêngôkre Kayapó e de lá para o mundo”, diz a página do museu.

“Meu objetivo é simplesmente compartilhar a vida indígena, seja dentro ou fora da minha aldeia, em espaços indígenas ou não indígenas”, conta o cineasta, que já apresentou seu trabalho em algumas capitais brasileiras e na Europa. Bepenu começou a sua jornada no cinema em 2004, quando fez um curso com o

¹ MASP. Sala de vídeo: Coletivo Bepunu Mëbêngôkré. Disponível em: <https://masp.org.br/exposicoes/coletivo-bepunu-mëbêngokre> Acesso em: 1º de outubro 2024.

Parra percebeu que a melhor maneira de combater imagens e imaginações estereotipadas sobre os povos indígenas era facilitando a autorrepresentação desses povos por meio de tecnologias multimídias

cineasta norte-americano Glenn Shepard, no Museu Goeldi, em Belém do Pará, durante um programa voltado exclusivamente para a formação de cineastas indígenas.

Outro destaque do projeto é o desenvolvimento de um repositório multimídia bilíngue em português e Kayapó. O repositório servirá como uma base de dados cultural, onde os registros audiovisuais produzidos pelos jovens poderão ser armazenados e consultados. A plataforma será acessível na internet no site da AFP.

Fora da A'Ukre, o projeto está sendo replicado em outras 17 aldeias das Terras Indígenas Mekragnoti, Kayapó e Las Casas. Ao mesmo tempo que acontecem os treinamentos, estão sendo construídas 17 casas de mídias, o local onde os jovens se reúnem, trabalham e organizam os materiais. Equipadas com sistemas fotovoltaicos, as casas têm autonomia energética de fonte limpa, o que é uma vantagem importante nas aldeias, muito dependentes de geradores movidos a gasolina, o que é muito custoso para eles e ambientalmente insustentável.

Aliás, este não é um projeto fácil de executar, especialmente quando as

aldeias têm acesso apenas de barco, como é o caso da A'Ukre, onde o material da obra e as telhas foram levados de voadeira em uma viagem que pode demorar de três a quatro dias, dependendo do tempo e da seca. Em julho, quando parte do material para a aldeia A'Ukre estava sendo transportada, o rio já estava secando e a voadeira precisava ser empurrada em alguns trajetos da viagem. O material foi transportado na mesma voadeira em que viajamos com o pesquisador Rodolfo Salm, que fez seu doutorado em palmeiras do território A'Ukre e faz esse percurso todo ano.

A autodeterminação da cultura Mëbêngôkre Kayapó

No caso da aldeia A'Ukre, o Centro de Mídias é a continuidade de uma outra iniciativa, o Projeto Kôkôjagôti, concebido em 2012 como uma proposta da comunidade e de pesquisadores da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e a Purdue University (Indiana, Estados Unidos), para garantir a autodeterminação dessa cultura e a sua preservação, frente à percepção de que isso é cada vez mais difícil. Segundo esses pesquisadores, que contaram

essa experiência em um blog relacionado ao projeto, os Kayapó sempre expressaram um grande interesse em aproveitar o poder da tecnologia, não apenas para se representarem por meio de sua própria mídia, mas também como forma de se envolver com o mundo ao seu redor por meio de formas digitais.

Das conversas sobre a necessidade de criar mídias para apoiar a soberania cultural dos Kayapó, surgiu o Kôkôjagôti, um projeto de pesquisa colaborativo e transdisciplinar que culminou com a construção do primeiro centro de mídias sustentável da aldeia A'Ukre, em 2016, onde práticas culturais foram documentadas e arquivadas digitalmente. O projeto, também conhecido como *Self-Determination in a Digital Age* (Autodeterminação na Era Digital), foi uma parceria entre a ONG Kayapó AFP, a doutora Laura Zanotti, da Purdue, e o doutor Diego Soares da Silveira, da UFU. O projeto treinou um grupo de homens e mulheres Kayapó na criação de mídia e produção digital, incluindo treinamento técnico em produção audiovisual em parceria com a ONG Video in the Villages. O projeto está contado e descrito em

² RAMON PARRA, I.; ZANOTTI, L., & SOARES DA SILVEIRA, D. (2018). Media making media collaborative ethnography and Kayapó digital worlds. In R. Pace (Ed.), *From filmmaker warriors to flash drive shamans: Indigenous media production and engagement in Latin America* (pp. 106-125). Vanderbilt University Press.

^{3,4} RAMON PARRA, INGRID CAROLINA. The Power of Self-Representation: A'Ukre Looks to the Future as they Envision the Possibilities of Digital Technology. Disponível em: <https://www.kokojagoti.org/blog/2018/3/27/7g43kv8crycszp7mclh4d3wrl110pn> Acesso em: 1º de outubro 2024.



Os Kayapó sempre expressaram um grande interesse em aproveitar o poder da tecnologia, não apenas para se representarem por meio de sua própria mídia, mas também como forma de se envolver com o mundo ao seu redor

um artigo acadêmico publicado em uma edição da Vanderbilt University²

“À medida que as interações globais se tornam cada vez mais mediadas por meios digitais, os Kayapó entendem que o poder da mídia digital inclui a capacidade de compartilhar opiniões, interagir com outras pessoas e usar espaços digitais como plataformas para se expressar. Para isso, eles precisam de infraestrutura, ferramentas e equipamentos profissionais para apoiar seus esforços contínuos de criação de mídia”, conta em um artigo no blog a pesquisadora Ingrid Carolina Ramón Parra³, que conheceu os Kayapó quando fez um curso sobre mídia indígena, ainda na graduação, que a levou a morar um ano na aldeia A’Ukre, entre 2015 e 2016, como parte da sua pesquisa de doutorado.

No artigo *The Power of Self-Representation: A’Ukre Looks to the Future*

as they Envision the Possibilities of Digital Technology⁴, Parra conta que, ao longo da sua pesquisa de doutorado, percebeu que a melhor maneira de combater imagens e imaginações estereotipadas sobre os povos indígenas era facilitando a autorrepresentação desses povos por meio de tecnologias multimídias.

Os resultados dessa primeira iniciativa de integrar tecnologias com a sabedoria ancestral para o Bem-Viver, que seguem com a construção do segundo Centro de Mídias da aldeia A’Ukre, foram ótimos. Os jovens do projeto filmaram cerimônias e ritos tradicionais Kayapó, como o Bemp, um ritual de nomeação, e o Mekrakarare, uma cerimônia que marca a passagem da mulher para a maternidade.

Mas atividades cotidianas também têm sido registradas, como a coleta de alimentos na floresta, expedições de pesca e caça, as danças e bailes dos jovens, campeonatos esportivos e as pinturas corporais tradicionais. Em

apenas dois anos desde o primeiro projeto na A’Ukre, dois cineastas da aldeia foram aceitos em dois festivais de cinema: a Bienal de Cinema Indígena da Aldeia SP de 2016, em São Paulo, Brasil, e o Smithsonian 2018 Mother Tongue Film Festival, em Washington, D.C.

Com tanto material registrado, um dos hábitos da aldeia A’Ukre é projetar os vídeos para a comunidade, que com um projetor apresenta os filmes na praça. As iniciativas dos próprios indígenas, apoiadas por comunicadores e universidades, são um exemplo inspirador de como a inovação pode andar lado a lado com a sabedoria ancestral, capacitando jovens indígenas para usar câmeras como ferramenta de expressão e defesa de seus direitos, fortalecendo a identidade cultural e promovendo a justiça social, ambiental e climática. ■

VERÔNICA GOYZUETA é jornalista, uma das fundadoras do Sumaúma e professora de Jornalismo da ESPM.



Dois grandes desafios no caminho do jornalismo local

por SÉRGIO LÜDTKE

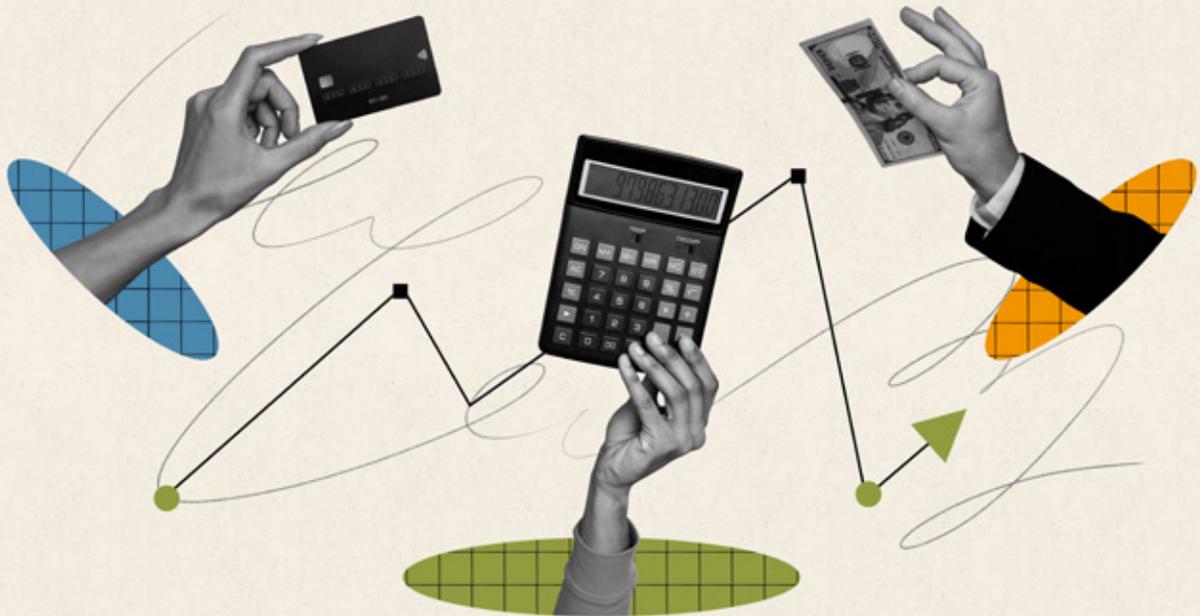
A MAIS RECENTE EDIÇÃO DO *ATLAS DA NOTÍCIA* revelou uma expansão da presença do jornalismo local no território brasileiro. Os pesquisadores do atlas identificaram atividade jornalística em mais 256 municípios e os retiraram da incômoda lista dos desertos de notícias, lugares onde não há nenhuma iniciativa jornalística investigando o poder público, prestando serviços à comunidade e reportando sobre o que acontece localmente.

Pela primeira vez desde 2017, quando o censo do Projor começou a ser realizado, o número de municípios que contam com ao menos um veículo jornalístico local ultrapassou o de desertos. Mas, apesar da redução de 8,6% em relação ao censo anterior, ainda restam 2.712 municípios sem atividade jornalística local detectada e neles vivem cerca de 26,7 milhões de brasileiros.

Ocupar os desertos de notícias, no entanto, não é o único desafio do jornalismo local no Brasil.

O cenário mapeado por duas pesquisas recentes feitas pelo Projor, uma sobre os impactos da pandemia nas organizações jornalísticas e outra sobre o jornalismo nos quase desertos municípios mapeados pelo *Atlas da Notícia* e que dispõem somente de uma ou duas organizações noticiosas, mostra um quadro mais complexo e desafiador.

É possível resumir esse quadro em dois grandes desafios que se impõem na caminhada dos veículos jornalísticos brasileiros em dire-



SHUTTERSTOCK

ção ao futuro: a sustentabilidade e a confiança do público.

Ambos os estudos do Projor revelam uma dependência muito grande da publicidade, fonte que muitas vezes é a única origem de receita do veículo. Nos municípios quase desertos de notícias, 64% das organizações têm na publicidade mais de 80% da sua receita. Durante a pandemia essa dependência se mostrou crítica, já que a crise sanitária e a econômica que a seguiu impactaram drasticamente as receitas publicitárias e abalaram a sustentabilidade dos veículos.

O fechamento do comércio local e a fuga de anunciantes para plataformas digitais agravaram a situação.

A dependência da publicidade é uma realidade que vai de encontro ao que sugere o estudo *Ponto de Inflexão*, da SembraMedia, publicado em 2022, que enfatiza a importância da diversificação de receitas para a sustentabilidade das organizações de mídia digital, foco da pesquisa. O estudo coloca entre duas e seis o número ideal de fontes de financiamento, o que permitiria às organizações equilibrarem suas receitas

e reduzir a dependência de uma única fonte.

A diversificação, no entanto, não é uma tarefa fácil. No jornalismo local no Brasil, a predominância de pequenas equipes, com até cinco colaboradores, aumenta a pressão sobre esses profissionais e acaba exigindo deles o domínio de múltiplas funções, desde a produção de conteúdo em diferentes formatos até a gestão financeira e o desenvolvimento de novas fontes de financiamento.

Essas novas fontes precisam ser exploradas, testadas, e isso exige tra-

No jornalismo local no Brasil, a predominância de pequenas equipes, com até cinco colaboradores, aumenta a pressão sobre esses profissionais e acaba exigindo o domínio de múltiplas funções, desde a produção de conteúdo em diferentes formatos até a gestão financeira



SHUTTERSTOCK

Organizações mais estruturadas e que desfrutam da confiança de suas comunidades de leitores podem explorar modelos de financiamento pela audiência

balho, paciência e planejamento da organização. E dependem, na maioria das vezes, da capacidade de esses veículos se mostrarem relevantes para as suas audiências.

Organizações mais estruturadas e que desfrutam da confiança de suas comunidades de leitores podem explorar modelos de financiamento pela audiência, como assinaturas, financiamento coletivo ou memberships. Os novos modelos de receita podem também estar na órbita do veículo sem que ele necessariamente os perceba, é o caso da prestação de serviços de consultoria para aqueles veículos de nicho

que têm conhecimento, experiência e respeitabilidade em um ou mais temas da cobertura.

Outra fonte de financiamento que começa a ser mais explorada no Brasil é a das doações e *grants* de instituições nacionais e do exterior. Na Associação de Jornalismo Digital (Ajour), entidade que congrega 152 organizações jornalísticas digitais, cerca de 40% das associadas são organizações sem fins lucrativos. A redução da burocracia e do custo envolvido para criar organizações desse tipo poderia facilitar o surgimento de novos empreendimentos jornalísticos sem fins lucra-

tivos que poderiam ajudar inclusive a florestar os atuais desertos de notícias.

Nos quase desertos, o estudo do Projor encontrou um cenário ainda mais preocupante. Apenas 26% dos veículos dispõem de ao menos um profissional dedicado à área comercial, enquanto em 34% das organizações a comercialização fica a cargo do próprio proprietário. Em 7% dos casos, a equipe editorial assume a responsabilidade também da venda de anúncios, o que estabelece um conflito de interesses que leva necessariamente ao segundo desafio, o da confiança do público.



Não há dúvidas sobre os benefícios para o fortalecimento do jornalismo local e para o combate à desinformação

A credibilidade é um valor que, uma vez percebido pela audiência, ajuda a pavimentar o caminho rumo à sustentabilidade.

O Projor vem trabalhando desde 2023 em um projeto que acrescenta uma camada de novos dados à base do *Atlas da Notícia*. Essas informações irão definir se um site de notícias tem ou não conformidade com o Programa de Indicadores de Compromissos com o Público, um conjunto de 11 indicadores que definem o nível de comprometimento do veículo com a sua audiência.

A adesão dos sites ao programa exigirá a adoção de melhores práticas de transparência, tais como a publicação clara de princípios editoriais, políticas de correção de erros e identificação de autoria e da propriedade do veículo, e firmará um

contrato com seus leitores.

Os principais benefícios diretos para os sites de notícias são a construção de uma relação de confiança, engajamento e fidelização da audiência. Mas a adoção dessas práticas pode também distinguir a organização de modo que os compromissos sejam vistos como atributo na destinação de recursos de organismos internacionais ou de políticas públicas, de fundos de apoio ao jornalismo ou até mesmo de anunciantes. Não há dúvidas sobre os benefícios para o fortalecimento do jornalismo local e para o combate à desinformação.

O novo conjunto de dados que está sendo incorporado ao *Atlas da Notícia* com o programa de indicadores vai permitir a ampliação de estudos sobre a realidade do jornalismo local brasileiro. Ainda neste ano, estarão

disponíveis também os dados de um estudo com 164 organizações jornalísticas analisadas pela seção brasileira do Projeto Oasis, coordenado aqui pela Ajour, e em 2025 serão divulgados os dados da sétima edição do censo do *Atlas da Notícia*.

O que já se sabe há algum tempo é que os dois desafios, o da sustentabilidade e o da conquista da confiança, são indissociáveis e têm peso semelhante para o jornalismo local. A falta de sustentabilidade gera dependência, sobretudo do poder local, o que fere os princípios éticos e editoriais e a confiança. A falta de credibilidade enfraquece a capacidade de criar e manter novos modelos de financiamento. ■

SÉRGIO LÜDTKE é presidente do Projor e coordenador da pesquisa do Atlas da Notícia.

Abraji em números

19ª edição do Congresso da Abraji na ESPM no mês de julho é a maior de sua história



A Abraji é uma instituição formada e mantida por jornalistas, independente, voltada para a troca de informações, para a formação profissional, para o aprofundamento dos conhecimentos e uso de ferramentas na área do jornalismo investigativo



Foram realizadas 163 atividades presenciais, com mais de 244 horas de conteúdo ofertado, 16 lançamentos de livros e 27 atividades on-line, incluindo transmissões e conteúdos inéditos

O ENCONTRO da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) reuniu 1.830 pessoas, entre participantes das versões presencial e on-line e palestrantes de 20 estados do país.

O evento contou com mais de 20 palestrantes internacionais, de países como Argentina, Bahrein, Colômbia, Estados Unidos, Holanda, Quênia, Quirguistão, Reino Unido e Venezuela.

Marcaram presença na programação o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, para sabatinas, que foram transmitidas ao vivo.

Foram realizadas 163 atividades presenciais (entre o Congresso e o Domingo de Dados) – mais de 244 horas de conteúdo ofertado –, além

de 16 lançamentos de livros e mais 27 atividades on-line, incluindo transmissões e conteúdos inéditos, disponíveis na plataforma do evento. Neste ano, 34% da programação incluiu oficinas práticas e *workshops*, visando aprimorar habilidades técnicas – uma demanda recorrente apontada por participantes de outras edições. ■



SHUTTERSTOCK

Ensino do jornalismo investigativo: reflexões pedagógicas

por SAMUEL PANTOJA LIMA

SERIA O JORNALISMO INVESTIGATIVO MERO PLEONASMO ou redundância deletéria? A pergunta ainda se repete no meio profissional e acadêmico, com relativa frequência, em rodas de conversa e eventos sobre jornalismo. Recordo como exemplo um seminário de imprensa (*O novo jornalismo em debate*), realizado pelo Banco do Brasil, em novembro de 2016, em Brasília.

Reunidos em torno do tema “Novo modelo de negócios na Imprensa: ameaça ou oportunidade para a investigação jornalística?”, figuras do primeiro time do jornalismo brasileiro como Sérgio Léo (ex-repórter do *Valor Econômico*), o saudoso Alberto Dines (fundador do *Observatório da Imprensa*) e Júnia Nogueira

de Sá (ex-ombudsman da *Folha de S.Paulo*) criticavam essa categoria, citando a famosa frase de Gabriel García Márquez, devidamente retirada do contexto, segundo a qual todo jornalismo é investigativo, senão não seria jornalismo. Naquela mesa, em solitário contraponto, o premiado repórter investigativo

Mauri König (vencedor dos prêmios Esso, Embratel e Vladimir Herzog, hoje docente em Curitiba/PR) defendia o gênero, afirmando que se tratava de uma modalidade de produção jornalística totalmente diversa da cobertura factual.

Dines, em edição do programa Observatório da Imprensa na TV que foi ao ar em outubro de 2013, especial sobre jornalismo investigativo, trabalhava com a ideia da suposta “polêmica redundância” – a de que todo jornalismo deveria ser investigativo. Naquela ocasião, uma das entrevistadas foi a renomada jornalista Elvira

Lobato (*Folha de S.Paulo*), que declarou sem meias palavras:

Não se aprende na escola a fazer jornalismo investigativo. Eu acho até que o repórter precisa ter um dom, inconformismo, uma curiosidade que não vai estar nos demais, ele vai desconfiar de alguma coisa que parece normal e não é normal. Então é um profissional muito específico que você percebe até pelo comportamento dele: em geral não é uma estrela, é mais arredo. (OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA, 2013 – grifo nosso).

Partimos, em movimento oposto ao raciocínio de Elvira Lobato, de um pressuposto distinto: o jornalismo investigativo, como um gênero que produz um conhecimento mais vertical sobre a realidade do que a reportagem factual ou a chamada grande reportagem, é passível de ser estimulado, aprendido e ensinado no ambiente de formação universitária.

Compartilho, neste brevíssimo texto, algumas reflexões sobre experiências pedagógicas de ensino do jornalismo investigativo, entre 2012 e 2024, a partir de um trabalho realizado no curso de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) – via oferta de uma disciplina optativa (“Jornalismo Investigativo”, 4 créditos). Ao longo de quase uma década, passaram por essa disciplina algo em

torno de 200 estudantes, na média de 20 jovens jornalistas em formação por semestre.

Noções de jornalismo investigativo

Partimos de uma noção genérica advogada por Nascimento (2010): o jornalismo investigativo existe e se diferencia do jornalismo diário (factual). Para o pesquisador, é preciso reconhecer que a maioria das reportagens publicadas pela imprensa não é investigativa (no limite, contemplam um grau muito preliminar de investigação), mas ainda assim são jornalísticas e encerram determinado grau de relevância pública e social.

O autor nos oferece um exemplo hipotético: um ministro da Agricultura concede, às 18h, uma coletiva e diz qual a previsão para a próxima safra de grãos. Um repórter de um grande jornal deixa a coletiva às pressas, às 18h30, e corre para seu computador; seu deadline para a edição nacional é 19h. A matéria é investigativa? É jornalismo? Não se trata de uma reportagem investigativa, mas de uma notícia que é o gênero jornalístico predominante nos veículos da indústria da informação, largamente consumido pelo público porque dialoga com a ancestral necessidade social da informação (NASCIMENTO, 2010).

No entanto, é nos pesquisadores Kovach e Rosenstiel (2003) que o pesquisador Solano Nascimento

vai buscar uma definição original. Há três tipos de reportagem investigativa: a) reportagem investigativa original; b) reportagem investigativa interpretativa; e c) reportagem sobre investigações.

No primeiro caso, da reportagem investigativa original, trata-se do modelo clássico de jornalismo investigativo que tem no caso Watergate um exemplo canônico. A reportagem investigativa interpretativa diferencia-se da “original” porque não trabalha com fatos totalmente desconhecidos, mas com novas ligações e elos até então ocultos. Podemos citar como exemplo os casos do The Papers e Panamá Papers.

Por último, temos o que Kovach e Rosenstiel (2003) qualificam como reportagem sobre investigações. Para os autores, seriam

...reportagens que se dedicam ao acompanhamento de investigações em andamento. De acordo com esse conceito, a reportagem se origina (ou se fundamenta) da descoberta ou do vazamento de informações de uma investigação oficial em andamento ou em processo de preparação por outras fontes, geralmente agências governamentais. (KOVACH e ROSENSTIEL, 2003, apud NASCIMENTO, 2010, p. 20).

Em última análise, o conceito-chave que Nascimento (2010, p. 22) propõe é simples e preciso: “Jorna-

O ponto de partida dessas breves reflexões pedagógicas contempla um debate preliminar. Afinal, é possível ou não ensinar jornalismo investigativo nas universidades? Ou isso ficaria restrito àqueles/as profissionais detentores de um “dom” especial?



SHUTTERSTOCK

O jornalismo investigativo, como um gênero que produz um conhecimento mais vertical sobre a realidade do que a reportagem factual ou a grande reportagem, é passível de ser estimulado, apreendido e ensinado no ambiente de formação universitária

lismo investigativo só existe quando há investigação e quando quem investiga é o próprio jornalista”.

Reflexões pedagógicas: detalhando o plano de ensino

Do ponto de vista pedagógico, a ênfase da disciplina reflete os diferentes tipos de técnicas e práticas investigativas, que possam indicar alguns caminhos epistemológicos sobre o nosso objetivo de ensino.

Partimos dos seguintes objetivos:
a) Geral: refletir e apreender os conceitos básicos que envolvem o jorna-

lismo investigativo, notadamente as metodologias de reportagem investigativa; b) Específicos: elaborar uma pauta de reportagem investigativa, que será executada e orientada durante o semestre; produzir e, se possível, publicar uma reportagem investigativa até o fim do semestre (meio on-line); apresentar um seminário sobre uma obra publicada de jornalismo investigativo, com foco na metodologia da reportagem.

O plano de ensino da disciplina, cujo caráter é teórico-prática, explora um conteúdo programático que, em

síntese, prevê quatro unidades: a) investigar e contextualizar o conceito de jornalismo investigativo (conceitos e história); b) apuração e imersão (metodologia da reportagem investigativa); c) reflexão crítica sobre o tema (produção cinematográfica e literatura); d) produção de um relatório sobre a prática da reportagem investigativa (detalhando os passos da apuração em campo).

Dando mais densidade ainda ao conteúdo proposto, há uma notável contribuição de parceiros, que atuam como jornalistas investigati-



Pensar criticamente sobre as práticas consagradas de investigação jornalística, do ponto de vista metodológico, pressupõe um olhar epistemológico

vos/as: os jovens repórteres Clarissa Levy (*Agência Pública*), Gabriele Oliveira (*Portal Desterro*) e Matheus de Moura (autor de *O coronel que raptava infâncias*); e figuras consagradas no meio profissional como Angelina Nunes (Projeto Tim Lopes/Abraji), Francisco Leali Gonçalves (*O Estado de S. Paulo*) e Mauri König (Uninter/PR) e Marcelo Soares (Lagom Data).

No tocante à produção (cinematográfica e literária), trabalhamos com pelo menos dois filmes – *Spotlight: segredos revelados* e *Todos os homens do presidente* – e obras produzidas por repórteres investigativos como Antonio Salas, Caco Barcellos, Daniela Arbex, Fernando Moraes, Juliana Dal Piva, Frederico Vasconcelos, Klester Cavalcanti, Petra Reski, Roberto

Saviano, Rubens Valente e Zuenir Ventura, entre outros, que são apresentadas na forma de rodas de conversa (seminários) nas últimas aulas.

Algumas considerações finais

O ponto de partida destas breves reflexões pedagógicas contempla um debate preliminar muito importante que procura dar conta das definições de jornalismo investigativo disponíveis na literatura específica. Afinal, é possível ou não ensinar jornalismo investigativo nas universidades? Ou isso ficaria restrito àqueles/as profissionais detentores de um “dom” especial?

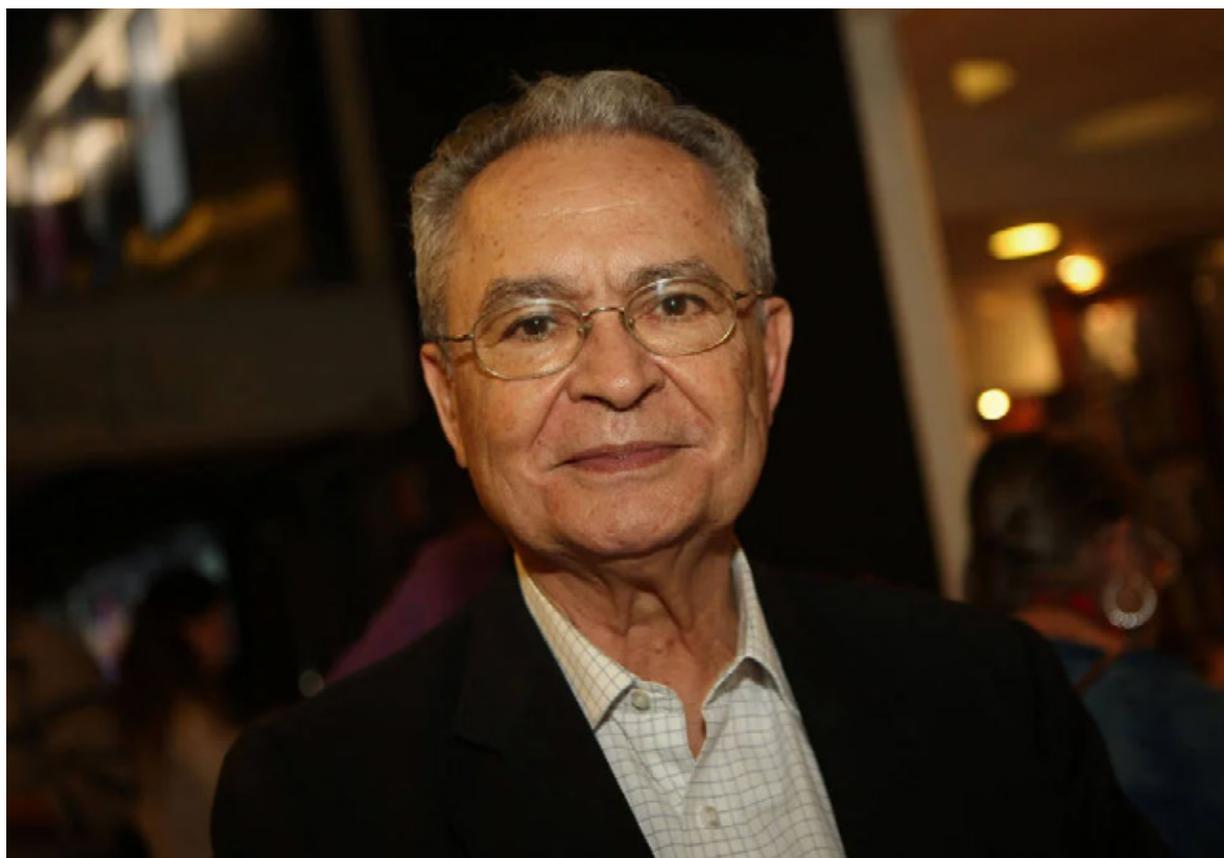
Nessa perspectiva, pretende-se alcançar como resultado uma síntese geral das noções sobre a meto-

dologia da reportagem investigativa, ou seja, aferir de que modo conhecidos e reconhecidos repórteres investigativos pensam e/ou refletem sobre suas próprias opções técnicas e empíricas para empreender uma investigação jornalística. E pensar criticamente sobre as práticas consagradas de investigação jornalística, do ponto de vista metodológico, pressupõe um olhar epistemológico.

Uma mirada pedagógica que parta dos conceitos e teorias sobre o jornalismo como forma social de conhecimento e do jornalismo investigativo como um gênero nobre de reportagem porque resulta num conhecimento diferenciado, em geral fecundo e vertical, pode ser combinado com o estudo da metodologia da reportagem investigativa – visto pelas experiências (palestras presenciais e/ou por meios virtuais), livros-reportagens, oficinas de LAI e minicursos de Jornalismo Guiado por Dados.

Em última análise, essa experiência nos auxilia a responder à questão levantada pela eminente jornalista Elvira Lobato: sim, o jornalismo investigativo pode (e deve) ser objeto de processos de ensino-aprendizagem nos cursos superiores de jornalismo. ■

SAMUEL PANTOJA LIMA é jornalista, professor e pesquisador do Departamento de Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo (PPGJOR) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). É pesquisador do Observatório da Ética Jornalística (objETHOS/UFSC) e do Laboratório de Sociologia do Trabalho (Lastro/UFSC). E-mail: samuca13@gmail.com



ARQUIVO PESSOAL

No meio do caminho tinha um pedregulho

Em homenagem ao jornalista Sinval
de Itacarambi Leão (1943-2024)

por MOISES RABINOVICI

BROTOU UMA FLOR AMARELA NA ORQUÍDEA dada havia um ano pelo querido amigo Sinval de Itacarambi Leão. Coincidiu com sua morte, em 5 de agosto, aos 81 anos. Da semente da *Revista IMPRENSA*, que ele plantou em 1987, floresceram a *Revista da ESPM* (1994), o *Observatório da Imprensa* (1998) e a revista digital *Rumores* (2007), da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP). Foi um pioneiro.

Como lembra o jornalista Rosental Alves, veterano professor de jornalismo da Universidade do Texas, em Austin, “antes do Sinval, havia pouca ou nenhuma cobertura da indústria jornalística. A norma era que jorna-

lista não é notícia, mas produz notícia. A *Revista IMPRENSA* quebrou esse tabu”.

Sinval viveu na pele o desafio do jornalismo brasileiro para ser livre. Ele foi preso e torturado em 1969 e 1971 pela ditadura militar. Daí criou e cultivou o Prêmio Libero Badaró de Jornalismo, em 1989, para homenagear o primeiro jornalista assassinado no Brasil ao tempo do Império, por defender a liberdade de imprensa. Em 2005, Sinval criou o Troféu Mulher Imprensa, o primeiro reconhecimento para as jornalistas que lotam as redações de jornais, tevês, rádios e mídia digital.

Com esses e outros prêmios, e nas reportagens da *Revista IMPRENSA*, Sinval lutou contra o descrédito provocado pela disseminação de notícias falsas, pela liberdade de imprensa e contra segredo de justiça para impedir o acesso à informação. Sua própria trajetória de vida e de jornalista é uma inspiração para novos jornalistas: ele acreditava que o jornalismo tem o poder de transformar a sociedade e inspirar mudanças, lutou contra a censura, pela qualidade da informação e pela ética na profissão, cujo papel sempre foi fiscalizar o poder público e informar.

Foi um monge. Monge de verdade. Depois de 14 anos, com autorização do Vaticano, Sinval deixou o Mosteiro São Bento. Ainda lá chegou a fazer um jornalzinho, a que chamou de *El Paredón*, inspirado no paredão cubano onde inimigos



ARQUIVO PESSOAL

O vaso com orquídeas, do qual agora brotou uma flor, foi entregue em mãos pelo Sinval à minha mulher, a artista plástica Cyra Moreira, no dia da abertura de sua exposição *Lágrimas da Terra*, em agosto de 2023

da Revolução de 1959 eram fuzilados. Não foi uma boa escolha, nem para os beneditinos, em tempos de ditadura militar.

Tinha 25 anos ao viver “entre homens comuns”. Aos 28, casou-se com Ruth, que conheceu quando estudava filosofia. Tiveram quatro filhos e viveram juntos até ele morrer. Só o conheci nos anos 1990. E posso dizer que o único excesso dele, fora o trabalho na *Revista IMPRENSA*, era um bom vinho à mesa. Fizemos entrevistas juntos. Discutimos seus novos projetos. Ele fervilhava de ideias. Algumas vezes me ligou de hospitais. Queria entender o que estava acontecendo no Oriente Médio. A sua saúde

começou a deteriorar em 2012, por causa de uma insuficiência cardíaca.

Na vida nada fácil, Sinval encontrou mais que uma pedra no meio do caminho. Um pedregulho. Peça vênica ao nosso grande poeta Carlos Drummond de Andrade. Estava no nome dele, Itacarambi, do Tupi-Guarani, que significa “pedregulho, seixos”. ■

NOTA: *Ninguém melhor que a própria filha, a jornalista Alexandra Itacarambi, para contar a vida do pai, em parceria com a jornalista Isis Brum, que o entrevistou antes de morrer. Leia a reportagem em três episódios: https://portalimprensa.com.br/noticias/ultimas_noticias/86917/um+destino+nada+convencional*

Sinval viveu na pele o desafio do jornalismo brasileiro para ser livre. Ele foi preso e torturado em 1969 e 1971 pela ditadura militar. Daí criou e cultivou o Prêmio Libero Badaró de Jornalismo, em 1989, para homenagear o primeiro jornalista assassinado no Brasil



FOTOS: ARQUIVO PESSOAL

Eugênio Bucci: o mais novo imortal da Academia Paulista de Letras

por MARIA ELISABETE ANTONIOLI

EM SOLENIIDADE OCORRIDA NA NOITE DE 3 DE OUTUBRO, o jornalista e professor Eugênio Bucci, titular da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP) e superintendente de comunicação da universidade, ocupou a cadeira nº 12 da Academia Paulista de Letras, que pertencia a Paulo Nathanael Pereira de Souza, falecido em maio deste ano, e a quem dedicou parte de seu discurso de posse. Mas, inicialmente, Bucci citou todos os membros que ocuparam a cadeira 12, a partir de seu patrono Paulo Egydio de Oliveira Carvalho, que também se dedicou à imprensa, consagrou-se como advogado, promotor de justiça e intelectual público. Conforme Bucci, sob sua inspiração, cinco pessoas já ocuparam a cadeira 12: Alberto de Melo Seabra, René Thiollier, Maria de Lourdes Teixeira, Benedicto Ferri de Barros e o educador Paulo Nathanael Pereira de Souza.

Eugênio Bucci disse em seu discurso: “Agora, chego a Paulo Nathanael Pereira de Souza, que me toca mais de perto. Em uma sessão recente da nossa Academia, que aconteceu aqui, no segundo andar, estivemos juntos. Foi no dia 16 de maio. Eu compareci, a convite do presidente Antonio Penteado Mendonça, para expor o argumento de um pequeno livro meu. Não posso me esquecer de Paulo Nathanael, com seus 95 anos, circunspeto, olhando para mim do outro lado da mesa. Senti a responsabilidade de ter como ouvinte um dos maiores educadores do Brasil. Nove dias depois, ele faleceu. Hoje, experimento uma sensação idêntica. A contingência de ficar no lugar dele pesa ainda mais que a casualidade de falar para ele. Substituí-lo está acima das minhas capacidades. Só o que me tranquiliza é saber que não vou substituí-lo, mas conviver com ele. Ou, melhor, vou dialogar com ele, como estou fazendo agora”.

Em um auditório lotado, os presentes assistiram atentamente ao discurso emocionado de Eugênio

Eugênio Bucci é membro curador da Fundação Padre Anchieta. Entre as distinções recebidas constam o Prêmio Esso, em 2013, na categoria Melhor Contribuição à Imprensa pela edição da *Revista de Jornalismo ESPM* – edição brasileira da *Columbia Journalism Review*, o Prêmio Excelência Jornalística 2012 de La Sociedad Interamericana de Prensa e o Prêmio Luiz Beltrão de Ciências de Comunicação em 2011, na categoria Liderança Emergente. Foi finalista do Prêmio Jabuti por cinco vezes e vencedor da primeira edição do Prêmio Jabuti Acadêmico neste ano. Seu livro *Incerteza, um ensaio: Como pensamos a ideia que nos desorienta (e orienta o mundo digital)* recebeu o primeiro lugar na categoria Comunicação e Informação. Autor de 12 livros, foi também editor da *Revista de Jornalismo ESPM*.



Bucci, que abordou, também, sobre sua trajetória desde o ingresso na Faculdade do Largo de São Francisco e na Escola de Comunicações e Artes da USP, além de sua luta pela liberdade de expressão, uma

causa que ainda marca profundamente sua vida. ■

MARIA ELISABETE ANTONIOLI é professora e coordenadora do curso de *Jornalismo da ESPM-SP*.



Eleito imortal da Academia Paulista de Letras em agosto, Bucci passou a ocupar a cadeira de número 12, sucedendo Paulo Nathanael Pereira de Souza, professor e ex-secretário de Educação de São Paulo, que faleceu em maio deste ano

Crime de guerra ou apenas guerra?

25 anos atrás, o bombardeio da “TV de Milošević” pela Otan ainda gera discussões intensas na Sérvia. É uma ferida aberta até hoje no jogo de fricção dos Bálcãs

por SNJEZANA MILIVOJEVIC

NAS ÚLTIMAS HORAS DE 29 DE ABRIL DE 1999, a Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) bombardeou a Torre Avala, um elegante e alto transmissor de televisão que era um símbolo de Belgrado desde que foi construído em 1965. Não foi seu valor simbólico, é claro, que atraiu o bombardeio, mas a alegação da Otan de que a torre fazia parte da máquina militar sérvia em tempos de guerra. Em linguagem militar, fazia parte de uma rede C3 – controle, comando e conexão. Mísseis de cruzeiro destruíram a Torre Avala seis dias após um evento muito mais devastador: o bombardeio da sede da Rádio e Televisão da Sérvia (RTS) em 23 de abril. Ambos os ataques fizeram parte do esforço para interromper a máquina de propaganda de Slobodan Milošević, presidente da República Federal da Iugoslávia, nacionalista acusado de “limpar” não sérvios de grandes áreas da antiga Iugoslávia em um esforço para criar uma “Grande Sérvia”. O bombardeio matou 16 dos 150 funcionários da RTS que trabalhavam naquela noite.

Entre esses dois eventos, a Otan celebrou seu 50º aniversário em uma cúpula em Washington. Enquanto os chefes de governo celebravam, os bombardeios simbolizavam uma estratégia de ataques mais fortes, expandindo a lista de alvos militares legítimos.

Até hoje, o bombardeio da RTS segue sendo a decisão mais controversa dos 78 dias da campanha militar da Otan contra a Iugoslávia. A controvérsia tem dois principais aspectos. O primeiro diz respeito à definição do ato. O segundo relaciona-se à interpretação de seu significado.

Inicialmente, o ataque foi justificado como a destruição do “motor da mídia que alimentava a guerra e exportava medo, ódio e instabilidade nos países vizinhos”, como explicou o general Wesley Clark, comandante supremo da Aliança na Europa na época da campanha.

A Anistia Internacional reagiu imediatamente, declarando o bombardeio um crime de guerra, pedindo uma investigação completa e justiça para as vítimas. Em 1999, respondendo às objeções humanitárias, o Tribunal de Crimes de Guerra para a antiga Iugoslávia, em Haia, iniciou

uma investigação de seis incidentes específicos de bombardeio, incluindo a sede da RTS. Um ano depois, em junho de 2000, quando a guerra havia terminado, mas Milošević ainda estava no poder, o Tribunal publicou seu inquérito. Constatou que “o direcionamento da Otan ao prédio da RTS para fins de propaganda era o objetivo incidental (embora complementar) de seu objetivo principal, que era desativar o sistema de comando e controle militar sérvio e destruir o sistema nervoso e o aparato que mantinham Milošević no poder”.

Em outras palavras, o inquérito concluiu que não houve alvo deliberado de civis ou alvos militares ilegais. Carla del Ponte, a procuradora-chefe na época, não expressou intenção de responsabilizar a Otan e encerrou o caso. No entanto, isso dificilmente acabou com a controvérsia.

Lembro-me vividamente daquela noite – sirenes gritando e chamadas perfurando o céu noturno às 2h06. Observando da minha varanda, junto com muitos vizinhos, sabíamos que era a RTS que havia sido atingida. A estação de televisão já era um alvo esperado muito antes de ser atingida, mesmo quando a Otan dizia



Ruínas da Torre Avala depois do ataque da Otan, 1999

que não seria. Isso era obviamente esperado pelo regime, pois a RTS retomou a programação em questão de horas. Mesmo a destruição da Torre Avala, seu principal transmissor, não a parou, e um sistema de retransmissão complexo através de canais locais manteve o programa de TV de Belgrado no ar até o fim da campanha da Otan.

A maior parte da minha pesquisa na década de 1990 foi uma análise crítica da RTS e de seu papel vergonhoso em apoiar um regime autocrático e gerar apoio popular para suas políticas de guerra. Nada poderia ser dito em sua defesa.

Ainda assim, o bombardeio foi uma questão diferente, e os mísseis da Otan colocaram uma nova questão: onde está a linha entre alvos militares e não militares na guerra moderna? Em outras palavras, é aceitável bombardear operações de mídia porque são máquinas de propaganda? Mentir e espalhar ódio tornam a mídia um alvo legítimo de guerra? Ou o bombardeio de veículos de comunicação, e dos civis que trabalham neles, consti-

tui um crime de guerra? Como a Otan continuou bombardeando canais de TV (Al Jazeera em Cabul; TV Líbia), parece que a lógica militar prevaleceu.

A segunda controvérsia diz respeito à comemoração do bombardeio. A RTS foi apelidada de TV Bastilha, e era um ponto de encontro frequente para manifestações anti-Milošević de 1991 a 2000. Poucos lembravam publicamente de sua destruição. Em 2002, o diretor-geral da RTS na época foi condenado a dez anos de prisão porque não evacuou os funcionários para um local seguro durante o ataque aéreo. No entanto, perguntas frequentes das famílias dos 16 mortos ficaram sem resposta, e tais famílias construíram um monumento no parque Tasmajdan, com a pergunta “Por quê?” sobre eles. As famílias desejavam ver todos os responsáveis levados a julgamento – os oficiais do regime que, segundo eles, sacrificaram pessoas inocentes apenas para ganhar atenção internacional, e também os comandantes da Otan que ordenaram o bombardeio de um alvo civil.

Mas elas estavam por conta própria. Por muitos anos, a comemoração foi uma cerimônia privada por parte das famílias, amigos e colegas dos que morreram. O bombardeio dessas instituições públicas proeminentes tornou-se uma tragédia privada, e houve um consenso silencioso para evitar uma pergunta perturbadora – por que a sede da televisão estatal foi bombardeada? Por alguns anos após 2000, o novo governo democrático ignorou-o. Até mesmo a comunidade jornalística estava ambivalente.

A RTS é particularmente importante para a história do jornalismo sérvio. Ela tornou-se o punho de propaganda de Milošević, mas somente depois que quase mil profissionais foram demitidos no início dos anos 1990. Eles formaram uma nova Associação Independente de Jornalistas, dissociando-se do regime e dos jornalistas que continuaram a servir fielmente ao regime. Para jornalistas que lutaram contra Milošević, as questões persistentes sobre o bombardeio remontam ao silêncio público sobre o papel da Sérvia nas guerras que destruíram a Iugoslávia. Sem tal discussão, o bombardeio é apenas uma tragédia privada de 16 vítimas.

E com a passagem do tempo, o significado do bombardeio na memória nacional fica mais complicado. No novo clima de ressurgimento dos partidos políticos nacionalistas, as vítimas do bombardeio da RTS podem ser mais uma vez usadas para silenciar a conversa sobre o passado de guerra da Sérvia, uma conversa que nunca começou de verdade. ■

SNJEZANA MILIVOJEVIĆ é professora de Estudos de Mídia na Universidade de Belgrado, Sérvia. Ela foi bolsista Fulbright na Escola de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade de Columbia.

Como o jornalismo deve lidar com os políticos populistas?

EM ENTREVISTA LOGO APÓS OS VIOLENTOS debates da campanha de São Paulo, Juan Senior, da consultoria internacional Innovation e do Instituto Reuters (Universidade de Oxford), afirma que o principal desafio do jornalismo hoje é lidar com o populismo. E ele não está se saindo bem, diz.

Logo após os violentos debates na campanha eleitoral paulistana, que incluíram cadeiradas e murros, propus ao consultor Juan Senior que refletisse sobre como lidar com candidatos populistas e antidemocráticos. Devemos deixá-los fora dos debates jornalísticos? Devemos deixar de cobri-los como se fossem políticos normais?

Senior é otimista: diz que o populismo em todo o planeta está se dando mal diante do jornalismo crítico e propõe que ele adote procedimentos já testados em países como Itália, Estados Unidos e Inglaterra.

Desafios do populismo

Senior argumenta que o populismo prospera em meio a simplificações e meias verdades que são facilmente amplificadas pelos meios de comunicação. Para combater isso, ele sugere que os jornalistas foquem em reportar as ações concretas dos líderes populistas, em vez de apenas replicar suas declarações polêmicas. Ele cita o exemplo de como a imprensa italiana lidou com Silvio Berlusconi. Ao reduzir a cobertura de suas declarações extravagantes e focar em suas ações, sua influência diminuiu.

Populismo como sensacionalismo

Ele também aborda como o jornalismo pode evitar cair no sensacionalismo ao lidar com políticos populistas. Isso significa manter a sobriedade e o compromisso com a verificação dos fatos, sem sen-

sacionalizar as controvérsias. Senior lembra que, embora as *fake news* tenham sido uma preocupação, o advento dessas narrativas reforçou a importância de um jornalismo baseado em fatos, destacando que Trump e Bolsonaro enfrentaram desafios em manter suas posições devido ao escrutínio jornalístico.

Redes sociais e jornalismo

Ainda que as redes sociais tenham tido seu impacto, Senior observa que a resposta rápida dos jornalistas em verificar fatos tem sido crucial para combater “falsificações superficiais”. Ele acredita que, a longo prazo, as pessoas estão redescobrimo o valor do jornalismo confiável como fonte de informações.

A questão do debate

Quanto à questão de incluir populistas em debates, Senior acredita que todos os candidatos devem ser convidados, desde que sejam reconhecidos oficialmente. A inclusão deles nos debates permite que suas posições sejam discutidas e desafiadas, fortalecendo o processo democrático.

Conclusão

Senior conclui que, apesar dos desafios, o jornalismo continua a desempenhar um papel vital na sociedade. O compromisso com a verificação dos fatos e a narrativa precisa são ferramentas essenciais não apenas para informar, mas também para garantir a qualidade da democracia em todo o mundo. Mesmo em face das dificuldades impostas por populistas e pela desinformação nas redes, o jornalismo permanece uma profissão crítica e resiliente.



WIKIMEDIA COMMONS

Como lidar com populistas: lições do jornalismo italiano sobre Berlusconi

1. Foque nas ações, não nas palavras:

relate o que os populistas fazem, não apenas o que dizem. Isso impede que suas declarações se tornem o centro das atenções sem o devido contexto.

2. Não amplifique mensagens sem verificação:

evite ser uma câmara de eco de declarações populistas. Assegure-se de investigar e verificar os fatos rapidamente antes de publicá-los.

3. Concentre-se em fatos e sobriedade:

traga sobriedade à cobertura, comprometendo-se com o jornalismo factual e neutralizando narrativas sensacionalistas.

O que é populismo?

O populismo é um fenômeno político complexo e multifacetado. Segundo o renomado *Dicionário de Política* (Ed. FGV), de Norberto Bobbio, o populismo é “uma fórmula política cuja fonte principal de inspiração e termo constante de referência é o ‘povo’, considerado como agregado social homogêneo e como exclusivo depositário de valores positivos, específicos e permanentes”.

O populismo não está restrito a uma ideologia específica, podendo manifestar-se tanto à direita quanto à esquerda do espectro político:

- **Populismo de direita:** exemplificado por líderes como Silvio Berlusconi na

Itália, Donald Trump nos Estados Unidos e Jair Bolsonaro no Brasil. Geralmente caracteriza-se por discursos nacionalistas, anti-imigração e de “lei e ordem”.

- **Populismo de esquerda:** representado por figuras como Hugo Chávez e Nicolás Maduro, na Venezuela. Frequentemente adota retóricas antieletitistas, de justiça social e contra o “imperialismo”.

Em ambos os casos, o populismo tende a simplificar questões complexas, apelar para emoções e apresentar soluções aparentemente simples para problemas sociais e econômicos profundos.



SHUTTERSTOCK

O populismo tende a simplificar questões complexas, apelar para emoções e apresentar soluções aparentemente simples para problemas sociais e econômicos

Estratégias da Reuters/Oxford para enfrentar o populismo no jornalismo

1. Verificação de fatos ao vivo: implemente a checagem de fatos em tempo real, principalmente durante debates e declarações públicas, para desmascarar rapidamente informações falsas.

2. Educação midiática: promova a alfabetização midiática, ensinando aos leitores como funcionam os algoritmos das mídias sociais e a importância de pensamento crítico em relação ao consumo de notícias.

3. Relatar impactos reais: quando um populista faz reivindicações, investigue as comunidades e fatos reais por trás das alegações para revelar a verdade.

4. Contornar o sensacionalismo: afaste-se da cobertura que busca apenas choque e emoção; foque em reportagens analíticas e baseadas em dados.

Quando imagens nos deixam doentes

EM PALESTRA EM SARAJEVO, procuro explicar como imagens de guerra causam estresse pós-traumático em pessoas distantes do front.

Hoje, estou aqui para discutir um tema profundamente significativo que ressoa intensamente com as discussões atuais em torno da saúde mental e dos efeitos da exposição a eventos traumáticos.

Especificamente, vou mergulhar nas implicações profundas das imagens de guerra sobre o bem-estar emocional dos indivíduos, baseando-me no caso intrigante de Aby Warburg, um acadêmico alemão cuja vida e obra oferecem *insights* valiosos sobre este assunto.

Nossos estudos têm se centrado em uma questão: “Por que os consumidores de notícias têm interesse em acompanhar a cobertura de guerras distantes que têm pouco efeito direto sobre eles?”

O que eventualmente descobrimos é que as imagens podem deixar pessoas

doentes devido a uma combinação de trauma e vício.

Começamos com a hipótese de que o jornalismo de guerra historicamente aumentou a audiência em diversos meios, desde a correspondência de guerra inicial durante a Guerra da Crimeia para *The Times* nos anos 1860 até os atuais canais de notícias 24 horas, a internet e os serviços de *streaming*. A cobertura de guerra atua como uma ferramenta poderosa para aumentar a audiência e, subsequentemente, a receita.

Para um projeto de pós-doutorado realizado durante a pandemia de covid-19 na ESPM, utilizamos sistemas de reconhecimento facial para monitorar as reações emocionais de uma audiência exposta a 20 imagens de guerra em sequência ao longo de dois minutos.

Os resultados indicam que essas imagens despertaram intensidades diferentes de reação, mas houve um

aumento consistente na curva de engajamento, que interpretamos como um sinal de vício.

Seguindo a mesma trilha, desenvolvemos uma reflexão baseada no conceito introduzido pelo acadêmico alemão Aby Warburg, que postula que as imagens são veículos de emoções, carregando em si toda a energia emocional da cena que retratam.

No lado teórico, exploramos os casos de pilotos de drones, que sofrem de transtorno de estresse pós-traumático (PTSD) em taxas surpreendentemente comparáveis às de pilotos de bombardeiros diretamente envolvidos em combate, embora em proporções menores (4,3% comparado a 10%-18%); e o aumento dos casos de PTSD entre editores de fotografia em grandes agências de notícias em Nova York, Londres, Paris e outras localidades distantes dos conflitos.

Finalmente, exploramos o caso do próprio Aby Warburg. Pensador visionário



Bélgica, 1917



Alemanha, 1944

de seu tempo, Warburg pode ter sido vítima de uma doença semelhante ao que hoje reconhecemos como síndrome de estresse pós-traumático (PTSD). Seu envolvimento intenso na coleta e estudo de imagens de guerra durante a Primeira Guerra Mundial pareceu ter um impacto negativo em sua saúde mental, levando a episódios psicóticos e internações prolongadas.

Isso levanta questões importantes sobre o impacto da exposição a imagens gráficas na psique humana, um tema que permanece altamente relevante no mundo saturado de mídia de hoje.

À medida que nos aprofundamos no caso de Warburg, torna-se evidente que suas experiências refletem tendências mais amplas observadas em estudos contemporâneos sobre PTSD.

A interação intensa com imagens de conflitos, mesmo a distância, pode evocar respostas emocionais semelhantes às

experimentadas por indivíduos expostos diretamente às cenas originais.

Esse fenômeno destaca o poder da mídia visual de transmitir e evocar emoções complexas, transcendendo limites físicos e temporais. Além disso, o trabalho de Warburg sobre a “fórmula da emoção” ou “fórmula de páthos” elucida a relação intrínseca entre imagens e emoções humanas.

Ele via as imagens não meramente como representações estáticas, mas como veículos dinâmicos de energia emocional, capazes de provocar respostas afetivas profundas nos espectadores.

Essa perspectiva nos desafia a reconsiderar nossa compreensão das imagens como objetos passivos, instandonos a reconhecer seu poder inerente de moldar nossas percepções e experiências.

À luz do caso de Warburg, é imperativo que reconheçamos os riscos potenciais associados à exposição prolongada a

imagens gráficas, particularmente no contexto da guerra moderna e do consumo de mídia. Como estudiosos e praticantes na área da saúde mental, devemos permanecer vigilantes em nossos esforços para mitigar os efeitos adversos do trauma vicário e promover a resiliência em indivíduos expostos a tais estímulos.

Em conclusão, o caso de Aby Warburg serve como um lembrete pungente do impacto profundo que imagens de guerra podem ter sobre a psique humana. Ao examinar suas experiências através da lente da pesquisa contemporânea sobre PTSD, obtemos *insights* valiosos sobre a complexa interação entre a mídia visual e o bem-estar emocional.

À medida que navegamos pelos desafios da era digital, que possamos prestar atenção ao exemplo de Warburg e nos esforçar para fomentar um ambiente midiático que promova a cura e a resiliência.



Ucrânia, 2022



Palestina, 2024

Exposição de Monet em Londres: uma Viagem à Paisagem Impressionista

RECENTEMENTE, foi inaugurada na Inglaterra uma exposição histórica intitulada *Monet e Londres*. Essa mostra representa a realização de um antigo desejo do renomado pintor impressionista Claude Monet, que há 120 anos sonhava em expor suas obras na capital britânica, sem sucesso na época.

A exposição celebra também os 150 anos da primeira mostra impressionista em Paris. Conhecida como *Vistas do Rio Tâmisa*, a exposição apresenta obras que Monet produziu em suas três viagens a Londres, entre o fim do século XIX e o início do século XX. Nessas visitas, Monet ficou particularmente impressionado com o cenário do rio Tâmisa, criando cerca de cem esboços ao longo de suas margens. Em 1904, ele exibiu 37 dessas obras em Paris, onde foram aclamadas por críticos e o público. Um crítico chegou a afirmar que o impressionismo havia chegado à sua maturidade, e 24 desses quadros foram vendidos imediatamente para colecionadores do mundo todo.

Monet morou na Inglaterra em 1870, como refugiado após a invasão da França pelos exércitos prussianos. Durante sua estadia, ele conheceu o pintor inglês J.M.W. Turner, cuja obra teve grande influência em seu estilo. As paisagens londrinas, especialmente as fumaças da Revolução Industrial, permaneceram vivas em sua memória.

Em sua fase de sucesso, Monet decidiu retornar a Londres e se hospedou no prestigioso Savoy Hotel, onde, do alto, pintou várias vistas panorâmicas da cidade. No entanto, apesar de seu desejo de trazer a exposição para Londres após o sucesso em Paris, a venda de suas obras tornou isso impraticável.

Determinou-se então a pintar novos quadros, revisitando as mesmas cenas. Essa decisão explica por que algumas de suas obras, como as dos Parlamentos Britânicos banhados pelo sol refletido no Tâmisa, são quase idênticas.

Eventualmente, Monet abandonou a ideia da exposição britânica, mas

atualmente o público pode apreciar essa fase de sua obra na exposição da Galeria Courtauld. A mostra reúne 21 pinturas que estiveram na exposição original de Paris ou foram feitas com a exposição londrina em mente.

Monet estava fascinado por Londres, principalmente pela famosa névoa espessa da cidade, acentuada pela poluição industrial. Em suas obras, esse elemento quase etéreo é uma constante, obscurecendo pontes, torres e palácios. Sua obsessão pelas condições atmosféricas levou-o a captar paisagens onde o rio mal é visível, como nas cenas do Parlamento e da Ponte de Waterloo.

A curadora da exposição, Karen Serres, comenta sobre o gosto de Monet pelo inverno londrino e seu desejo de captar os efeitos do nevoeiro que tornavam a cidade tão singular. Após iniciar suas telas em Londres, ele as levou para seu estúdio em Giverny e finalizou através dos anos. Essas obras tornaram-se algumas das mais valorizadas em seu acervo.



Charing Cross Bridge, the Thames, 1903



Waterloo Bridge, Sunlight Effect, 1903



HERVÉ LEWANDOWSKI

London, Parliament. Sunlight in the fog, 1904

Inaugurada em 26 de setembro, a exposição permanecerá aberta até janeiro de 2025 na Galeria Courtauld. A

galeria, fruto da coleção particular de seu fundador, Samuel Courtauld, apaixonado pelo impressionismo, hoje possui a maior

coleção de obras impressionistas na Inglaterra, um testemunho poderoso do pioneirismo e visão do colecionador.



ART INSTITUTE OF CHICAGO

Waterloo Bridge, Gray Weather, 1900



ANDERS SUNE BERG

Waterloo Bridge, Overcast, 1903

Soroca e Tantra destacam autoras jornalistas

DUAS JORNALISTAS acabam de lançar dois ótimos livros de ficção. *Soroca* é um romance de Angela Marsiaj e *Tantra e a arte de cortar cebolas* é uma coleção de pequenos contos de Iara Biderman.

Soroca é uma história arrebatadora sobre uma jornalista que investiga a história de um aspecto da cidade de São Paulo (os rios canalizados que passam por baixo das ruas) enquanto lida com uma vida pessoal conturbada, também escondida por baixo das aparências. Desde logo, um conflito intenso com a filha única.

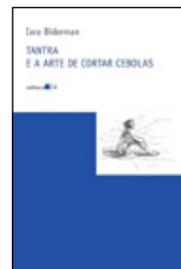
Romance de estreia de Marsiaj, alterna entre o presente e o passado colonial do bairro de Pinheiros. Nos capítulos históricos, Marsiaj reconstrói um cenário em que o tupi-guarani predominava e o português

era pouco falado, explorando as raízes indígenas da região e as transformações ocorridas ao longo dos séculos.

A narrativa estabelece um paralelo entre os rios ocultos da cidade e os segredos enterrados na vida da personagem principal. À medida que a jornalista desvenda as camadas do subsolo do tecido urbano, ela também se confronta com questões pessoais não resolvidas.

Soroca leva a conhecer mais sobre a história da cidade, de sua estranha mistura de independência e de uma cultura misturada entre povos originários e europeus que desapareceu com a chegada do café e de milhões de novos imigrantes falando português.

Tantra e a arte de cortar cebolas é uma coleção de contos que explora as comple-



xidades da vida cotidiana e das relações humanas. Iara Biderman usa o estilo curto do jornalismo para criar narrativas profundas, que tornam momentos banais em início de reflexões poderosas sobre a condição humana. Não é assim que trabalharam as grandes escritoras do século 20?

Os contos de Biderman abordam temas como amor, perda, identidade e as pequenas epifanias que ocorrem nos momentos mais inesperados. O título do livro anuncia a mistura quase irônica entre profundidade (*Tantra*) e prosaico (*cortar cebolas*). Ao mesmo tempo, a coleção de histórias curtas tem como um pano de fundo, como no romance de Marsiaj, o cotidiano da cidade na qual as duas autoras moram.

Memórias da ditadura, por Júlia Juruna. Ou melhor, Luiz Felipe de Alencastro

LUIZ FELIPE DE ALENCASTRO acaba de lançar um novo livro com reflexões sobre a ditadura no Brasil. *Despotismo Tropical* (Tinta da China) é assinado por “Júlia Juruna”, o pseudônimo com que o historiador no exílio escrevia para o *Le Monde Diplomatique* artigos sobre o regime ditatorial.

Alencastro conta que tinha medo do “braço longo da ditadura” piorar sua situação, caso tivesse que voltar ao Brasil.

E escolheu um nome feminino porque o machismo dos repressores jamais suporia que um militante de esquerda pudesse fazê-lo.

Alencastro – Foi uma sugestão de uma redatora do jornal que disse que o latino-americano de esquerda e de direita é tão machista que nunca imaginaria buscar nome de mulher. Podem imaginar que

você vive no exílio, adotou outro nome, mas nunca outro gênero.

Por que escrever sobre a ditadura hoje?

Alencastro – Porque é preciso falar da ditadura, o Bolsonaro tornou isso atual. E depois o Dias Toffoli disse que o golpe de 64 foi só um movimento, uma barbaridade dessa. Então achei que era importante lembrar. Nós somos a última geração que conviveu, se engajou, lutou, amou os mortos e desaparecidos durante a ditadura. Nós temos uma obrigação quase sagrada de perpetuar a memória deles. Nós estamos vivos e eles desapareceram na juventude, junto com oito mil índios e 1.200 líderes sindicais.

LEÃO SERVA é professor de ética jornalística do curso de Jornalismo da ESPM, autor de *A Fórmula da Emoção na Fotografia de Guerra* (Sesc, 2020) e diretor internacional de jornalismo da TV Cultura, baseado em Londres.



SE DEPENDER DA GENTE, A **COMUNICAÇÃO DO FUTURO** JÁ COMEÇOU.

Em um mundo que evolui a cada clique, a ESPM lidera a educação em jornalismo, oferecendo não apenas um curso, mas uma jornada através da comunicação moderna. Conheça o curso de Jornalismo da ESPM, agora com microcertificações inovadoras que colocam os estudantes à frente do mercado:

- » Comunicação, Mídia e Organizações
- » Jornalismo de Esportes
- » Jornalismo e Cobertura do Meio Ambiente
- » Produção Audiovisual Não Ficcional para Streaming



ESPM-RIO 50

TRADIÇÃO DE MARAVILHOSA PARA MARAVILHOSA

Há 50 anos, a ESPM-RIO escreve histórias maravilhosas.

Uma jornada alinhada com a **economia criativa** e dedicada a **transformar a vida e a carreira** de milhares de estudantes, egressos, líderes, profissionais, professores, colaboradores e toda a comunidade ESPM.

Impactamos o mercado local, nacional e global nas áreas de comunicação, marketing, negócios, inovação e tecnologia.

Nossa trajetória é marcada pela **autoridade em marketing**, por desafios superados e conquistas alcançadas. E nosso *campus*, o Glória-Villa Aymoré, é prova disso, imprimindo nosso **DNA de tradição e modernidade** no espaço mais charmoso da Cidade Maravilhosa.

Estamos prontos para os próximos 50 anos! E você? Vem com a gente?



ESPM
O INUSITADO EM
CONSTANTE MOVIMENTO